

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**TRANSITIVIDADE E SIGNIFICADO ORACIONAL - CONTRIBUIÇÃO.
AO ESTUDO DA SINONÍMIA**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LETRAS (ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGÜÍSTICA TEÓRICA) PELA ALUNA

ELIZETE DOS SANTOS BATHKE

FLORIANÓPOLIS

1990

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de

MESTRE EM LETRAS

Área de Concentração: Linguística Teórica.

M. Marta Furlanetto

Profª Drª Maria Marta Furlanetto
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
em Linguística

Apóstolo Th. Nicolacópulos

Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Orientador

Apresentada à Banca Examinadora:

Apóstolo Th. Nicolacópulos

Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Presidente

Hilda Gomes Vieira

Profª Drª Hilda Gomes Vieira

Heronides Maurílio de Melo Moura

Prof. Heronides Maurílio de Melo Moura (Mestre)

Aos meus pais,

Rosa e Lúcio.

Ao Aristides e Daniel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, origem e razão de tudo.

Ao Professor Dr. Apóstolo, orientador e amigo.

Ao Professor Dr. Jean-Pierre Angenot, pela contribuição ao nosso trabalho.

À Dona Elza, Secretária do Curso e grande colaboradora.

À UNIVALI, especialmente, na figura do Reitor, Dr. Edison Villela, que me proporcionou o afastamento das aulas para a realização deste trabalho.

À minha família que acreditou em mim e na realização desta dissertação.

Ao Gallato, amigo e incentivador.

RESUMO

Este trabalho pretende propor um tratamento semântico da transitividade, sem questionar a importância de um tratamento sintático, com o objetivo de examinar problemas que uma teoria semântica deve explicar, tais como sinonímia, ambigüidade, etc...

Desta forma, este trabalho pretende ser uma contribuição ao estudo da sinonímia, e, mais especificamente, de um tipo de sinonímia oracional, baseado na teoria de casos e um subproduto desta, que é a teoria da lexicalização, através da qual tenta-se explicar como orações sintaticamente diferentes exibem significado substancialmente semelhante.

ABSTRACT

This paper intends to propose a semantic treatment of transitivity, without questioning the importance of a syntactic treatment, for the purpose of examining problems that a semantic theory must explain, such as synonymy, ambiguity, etc...

Thus, this paper intends to be a contribution to the study of synonymy and, more specifically, of a type of sentence synonymy, based on case grammar theory and on a by-product of that theory, namely the theory of lexicalization, by means of which it is attempted to explain how syntactically different sentences display substantially similar meaning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - TRANSITIVIDADE	4
1.1. Introdução	4
1.2. Da Transitividade	5
1.2.1. Abordagem Tradicional	6
1.2.3. Abordagem Estrutural	15
1.2.4. Abordagem Transformacional	18
CAPÍTULO II - GRAMÁTICA DE CASOS	25
2.1. Introdução	25
2.2. Introdução à Gramática de Casos	26
2.3. Modelo Matricial de Walter Cook	38
CAPÍTULO III - SINONÍMIA	55
3.1. Introdução	55
3.2. Sinonímia	56
3.2.1. Sinonímia Oracional	66
CONCLUSÃO	107
BIBLIOGRAFIA	111

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, tentaremos propor um tratamento semântico da transitividade, sem, no entanto, questionar a importância de um tratamento sintático, com o objetivo de examinar problemas que uma teoria semântica para ser adequada, segundo Ruth Kempson (1980), deve explicar, tais como sinonímia, ambigüidade, etc.

No primeiro capítulo, faremos um levantamento da noção de transitividade na gramática tradicional, no estruturalismo e na gramática transformacional, visando mostrar que estas não são suficientemente adequadas para tratar de problemas semânticos por excelência, como a sinonímia oracional, mesmo porque são abordagens predominantemente sintáticas. Tentaremos, neste capítulo, mostrar que na gramática tradicional, existe uma mescla de critérios semânticos e sintáticos no tratamento da transitividade e de como a noção de agentividade está ligada à transitividade, de uma forma ou de outra, nas definições, nos exemplos, nas observações, até em definições de predicado verbal, vozes do verbo e das funções gramaticais, sujeito e

objeto.

Por isso, segundo Lyons (1979), a gramática tradicional não daria conta da diferença existente entre, por exemplo, os verbos das orações Eu o firo e Eu o ouço.

Falaremos ainda neste capítulo, da abordagem estrutural e transformacional que, embora utilizando critérios predominantemente sintáticos, também não dão conta da diferença acima apontada por Lyons.

No segundo capítulo, fomos em busca de uma abordagem que resolvesse o problema apontado por Lyons e que servisse de fundamentação teórica para o tratamento da transitividade. Optamos por trabalhar com a teoria de casos, proposta por Fillmore (1968), e adotamos o modelo matricial de Cook, que engloba elementos das teorias de Fillmore, Chafe e Anderson, como sustentação teórica deste trabalho. Esta escolha justifica-se por ser o modelo escolhido um modelo semântico-oracional, tendo em vista que optamos por um tratamento semântico da transitividade, para explicar não só o problema levantado por Lyons acima, mas problemas que uma teoria semântica deve explicar, tais como sinonímia, ambigüidade, etc.

O terceiro capítulo fala da sinonímia em geral e, mais especificamente, da sinonímia oracional, que é o objeto de nosso estudo, baseado na gramática de casos e na teoria da lexicalização, que é um subproduto deste modelo. Desta forma, tentaremos explicar como orações sintaticamente diferentes exibem significado substancialmente semelhantes.

Escolhemos trabalhar com orações do discurso jornalístico extraídas do Jornal da Tarde (SP), Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Diário Catarinense, O Estado (SC) e Programa

Canal Livre (Rede Bandeirantes de Televisão), no período compreendido entre 1989 e primeiro semestre de 1990, pela atualidade e interesse dos assuntos.

Objetivamos, assim, com nossa análise, dar conta da semelhança de significação de orações como por exemplo *Presidente empossa não-comunistas* e *Presidente dá posse a não-comunistas*; *Gustav Husak demite-se depois de empossar um gabinete* e *Gustav Husak demite-se depois de dar posse a um gabinete*, cuja semelhança tentaremos estabelecer através da teoria de casos e da teoria da lexicalização. Usaremos critérios semântico-oracionais, semântico-lexicais, fonológicos, sintáticos e morfológicos. Com esta análise, procuraremos estabelecer as condições para a realização da lexicalização que, a nosso ver, serve como explicação para a relação sinonímica entre as orações transitivas em questão.

Pensamos que, com esta análise, possamos contribuir e abrir novos caminhos para o complexo estudo da sinonímia oracional.

CAPÍTULO I

TRANSITIVIDADE

1.1. Introdução

Este capítulo faz um levantamento da noção de transitividade em português.

Primeiramente, em (1.2), estudaremos a definição tradicional de transitividade sob o ponto de vista de Lyons (1979) com exemplos e comentários de Robins (apud Lyons) que analisa verbos como ferir, ouvir e amar.

Em (1.2.1), faremos um levantamento das definições de transitividade em gramáticas tradicionais da língua portuguesa em Celso Pedro Luft (1976), Kury (1986), Bechara (1969), Rocha Lima (1976), Geggalla (1984) e Cunha e Cintra (1985).

A definição de transitividade na gramática estrutural será examinada em (1.2.2), através dos autores Mattoso Camara Júnior (1981) e José Rebouças Macambira (1982), respectivamente.

Finalmente, em (1.2.3), analisaremos a transitividade sob o enfoque transformacional, em especial as regras de subcate-

gorização de Chomsky (1965), seguido de um comentário conclusivo das três abordagens (tradicional, estrutura e transformacional), onde discutiremos problemas relativos ao tratamento da transitividade.

1.2. Da Transitividade

Lyons (1979:370-1) coloca que "a concepção nocional tradicional de transitividade e o termo em si sugerem que o efeito da ação expressa pelo verbo passa da agente (ou ator) para o paciente (ou meta)", comentando que tal definição é inadequada e que tal inadequação pode ser detectada em muitas frases da língua inglesa.

Reforçando sua posição, Lyons usa exemplos de Robins, que, como ele, também refere-se à fragilidade da definição semântica da transitividade ilustrando-a com os verbos hit (ferir) e hear (ouvir)..

Assim, segundo Robins, na oração (1),

(1) Eu o firo.

ferir é um verbo transitivo, porquanto a ação referida passa do agente (ator) ao paciente (meta).

Por outro lado, na oração (2)

(2) Eu o ouço.

o verbo ouvir "está nas mesmas relações sintáticas com os dois pronomes e é considerado verbo transitivo, embora, neste caso, a "ação", se é que há referência a alguma ação, é em sentido contrário" (Robins apud Lyons).

Da mesma forma, Robins cita ainda o verbo love (amar), sintaticamente semelhante a ouvir; contudo em orações como (3)

(3) Eu amo você.

podemos questionar a *ação* expressa pelo verbo amar, bem como quem seria o agente e o paciente na oração (3).

Ao analisar a oração (1), Robins observa que a ação passa do agente para o paciente, em (2) e (3), segundo ele, a ação não passa para o paciente, mas deste procede em direção ao agente.

Podemos, no entanto, detectar ou inferir algum tipo de *ação* em orações como (2) e (3) com verbos do tipo ser, ouvir, amar e muitos outros?

Baseados nesta reflexão, analisaremos, a seguir, a noção de transitividade em autores da língua portuguesa sob o ponto de vista tradicional, estrutural e transformacional.

1.2.1. Abordagem Tradicional

Nas gramáticas tradicionais (também chamadas normativas) fomos à procura das definições de transitividade verbal, encontradas, às vezes, integradas às definições de sujeito, complementos verbais e até em vozes do verbo.

Encontramos definições com acentuada identificação com agentividade, e todas, de uma ou de outra forma, faziam alguma alusão à causatividade.

Começamos com Celso Pedro Luft (1976:34-5) para quem o verbo transitivo "é aquele que necessita de complemento - objeto - que lhe 'complete' o sentido". Definindo especificamente os verbos transitivos diretos, Luft afirma que "são comple-

tados por um objeto direto (sem preposição)" e complementa:

"(...) Podemos fazer este esquema para os verbos transitivos de ação:

SS ₁	VTD	SS ₂
agente	ação	paciente
(4) O professor	expõe	a lição.
(5) A polícia	preendeu	o desordeiro."
x	y	z

Segundo o autor, podemos distinguir três tipos de verbos transitivos indiretos. Citaremos somente o primeiro, que é o que vai de encontro ao nosso estudo:

"a - acudir, (des)agradar, agradecer, aprazer, comprazer, escrever, falar, interessar, (des)obedecer, pagar, perdoar, querer (amar, estimar), resistir, responder, sobreviver, suceder, etc. (...)"

Estes verbos são, segundo ele, "semelhantes aos transitivos diretos: há um agente e um paciente".

Kury (1986:20+30) define os verbos transitivos como "verbos que requerem o acréscimo de um complemento que integre o sentido do predicado". Em seguida, fala que os verbos transitivos diretos são os que são completados por um complemento sem preposição obrigatória.

O autor distingue três características próprias dos verbos transitivos diretos (com sujeito):

"1. Expressam ação e, por isso, têm um AGENTE que na VOZ ATIVA é o sujeito da oração.

2. O seu objeto direto representa o ser que, recebendo a ação, é o seu PACIENTE.

3. Pelo fato mesmo de possuírem agente e paciente (este sem preposição necessária¹) admitem, além da construção habitual, a "voz ativa", outra forma a "voz passiva", em que o paciente passa a exercer a função de sujeito".

Além disso, na definição de objeto direto, Kury (1986: 44) afirma:

"Chama-se objeto direto ao termo da oração que integra o sentido de um verbo transitivo direto, exprimindo, pois, o ser para qual se dirige a ação.

Ex.: O sino chama os cristãos à matriz. (B. Lopes, Chromos)".

Para Bechara (1969:252-4), "O verbo que constitui o elemento principal do predicado verbal pode ser intransitivo ou transitivo". E quanto ao verbo transitivo afirma que é aquele que precisa de complemento para integrar sua predicação e cita os seguintes exemplos:

- (6) "Os alunos leram belas poesias.
- (7) Estas censuras não têm grande valor.
- (8) Falava aos colegas.
- (9) As crianças obedecem aos pais.
- (10) Lembrei-me da encomenda.
- (11) Queixou-se da chuva".

Bechara afirma que a classificação do verbo depende da situação do seu emprego na oração: "(...) Muitos verbos, de acordo com os vários sentidos que podem assumir, ora entram no grupo dos verbos de ligação, ora são intransitivos, ora são transitivos diretos ou indiretos:

¹Os grifos aqui e abaixo são do autor (Kury).

(12) Ele passou a presidente. (verbo de ligação)

(13) O caçula passou o mais velho. (transitivo direto)

(14) A chuva passou. (intransitivo)

(15) Maria passou as novidades às colegas. (transitivo acompanhado de dois complementos)".

Assim, segundo ele, podemos falar em emprego dos verbos como transitivos ou intransitivos, mas não classificá-los em verbos transitivos ou verbos intransitivos.

Além disso, observa que certos verbos mudam a construção conforme o sentido empregado:

"assistir o doente (= socorrer)

assistir ao filme (= presenciar)

querer o livro (= desejar)

querer alguém (= estimar)".

Ao falar dos predicados verbais Bechara (ibidem, 250) observa que "quando o predicado *exprime uma ação*² que o sujeito *pratica* ou *sofre*, o verbo constitui o seu elemento principal. Daí chamar-se verbal a este tipo de predicado", em oposição ao predicado nominal cujo verbo exprime, segundo ele, uma qualidade, estado ou condição, sendo o nome (adjetivo ou substantivo) o seu elemento principal.

Rocha Lima (1976:307-9) afirma que o complemento "forma com o verbo uma expressão semântica, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissivo ou incompleto" e classifica os verbos pelo tipo de complemento que requerem para "formar uma expressão semântica", classificando-

²As palavras em destaque, em nosso trabalho, são destaques nos sos.

os em:

- "a) Intransitivos: que, encerrando em si a noção predicativa, dispensam quaisquer complementos;
- b) Transitivos diretos: que exigem a presença de um objeto direto;
- c) Transitivos indiretos: que pedem a presença de um objeto indireto;
- d) Transitivos relativos: que apresentam um complemento preposicional, chamado relativo;
- e) Transitivos circunstanciais: que requerem um complemento, preposicional ou não, chamado circunstancial;
- f) Bitransitivos: que têm concomitantemente um objeto direto e um indireto ou um objeto e um complemento relativo".

Ao falar de vozes do verbo, Rocha Lima (ibidem, 107) afirma: "Chama-se voz ao acidente que indica se a *ação verbal* é produzida ou recebida pelo sujeito; (...)".

Cegalla (1984:284-7) classifica os verbos quanto à predicação em intransitivos: "são os que não precisam de complemento, pois têm o sentido completo"; e transitivos diretos, indiretos e diretos e indiretos concomitantemente, como os que precisam de complemento sem preposição, com preposição e dois complementos respectivamente. Observa que "as orações formadas com verbos intransitivos não podem "transitar" (= passar) para a voz passiva".

Cunha e Cintra (1985:132-3) começam a definir verbos intransitivos com exemplos de Da Costa e Silva:

(16) "Sobe... a névoa... A sombra desce". (P.C., 281)

e acrescenta que "verificamos que a ação está integralmente con

tida nas formas verbais sobe e desce³. Tais verbos são, pois, intransitivos, ou seja, não transitivos: a ação vai além do verbo".

Quanto aos verbos transitivos, os autores usam como exemplo as orações de Fernanda Botelho

(17) "Ele não me agradece, / nem eu lhe dou tempo".

fazendo a seguinte análise:

"Vemos que as formas verbais agradece e dou exigem certos termos para completar-lhes o significado. Como o processo verbal não está integralmente contido nelas, mas se transmite a outros elementos (o pronome me na primeira oração, o pronome lhe e o substantivo tempo na segunda) estes verbos chamam-se TRANSITIVOS".

Classificam os verbos transitivos em diretos, indiretos, ou diretos e indiretos ao mesmo tempo. Para os transitivos diretos dão os seguintes exemplos seguidos de comentário:

(18) "Vou ver o doente.

(19) Ela inveja os homens".

a ação expressa por vou ver e invejava transmite-se a outros elementos (o doente e os homens) (...). São, por isso, chamados TRANSITIVOS DIRETOS (...)"

Para os verbos transitivos indiretos, citam exemplos com os verbos assistir (à cena) e perdoar (alguém) e complementam que a ação expressa pelos verbos assistir e perdoar, transita para outros elementos da oração com auxílio de preposição (OI).

³Todas as palavras sublinhadas são ênfase destes autores (Cunha e Cintra).

Os transitivos diretos e indiretos simultaneamente são exemplificados com as sentenças:

(20) "O sucesso do seu gesto não deu paz ao lombo.

(21) Apenas lhe aconselho prudência.

fazendo o mesmo comentário a ação expressa por deu e aconselho transita para outros elementos".

Após este levantamento sobre o que alguns gramáticos tradicionais dizem da transitividade, pudemos observar que, em todas as definições, a noção de agentividade se faz presente de alguma forma ou de outra, explícita ou implicitamente, nas definições, nos exemplos, nas observações, até em definições de predicado verbal, voz do verbo e as funções gramaticais sujeito e objeto.

Em Luft (1976), a noção de agentividade está presente em sua classificação de verbos intransitivos onde, a primeira classe destes verbos (agradecer, agradecer, sobreviver, escrever, falar, amar, estimar, etc.) é semelhante, segundo ele, aos transitivos diretos: "há um agente e um paciente".

Kury (1986:30) ao caracterizar os verbos transitivos diretos, distingue três características sendo que a primeira seria daqueles verbos que "exprimem ação e, por isso, têm um AGENTE que na VOZ ATIVA (...) é o sujeito da oração".

A noção de agentividade também aparece na definição de objeto direto: "termo da oração que integra o sentido de um verbo transitivo direto, exprimindo pois, o ser para qual se dirige a ação: (...)".

Bechara (1969:252-5) fala que "transitivo é o verbo que necessita de complemento que integre sua predicação (...). Mas,

ao definir os objetos ele complementa com "sentidos" do objeto direto e indireto, sendo que alguns "sentidos" são "a pessoa ou coisa que recebe a ação verbal; o produto da ação ou a pessoa ou coisa em cujo proveito ou prejuízo pratica a ação".

Ainda em seu estudo sobre predicado verbal, ele diz que o mesmo "exprime uma ação que o sujeito pratica ou sofre" em oposição ao predicado nominal que "exprime qualidade, estado ou condição". Desta forma, se excluirmos verbos que expressem tais características podemos inferir que o referido autor considera todos os outros como agentivos.

Cegalla (1984:284-7) define os transitivos e intransitivos como verbos que precisam ou não de complementos; porém, ao classificar os sujeitos (ibidem, 273-4) traz a seguinte definição:

"agente - se faz a ação expressa pelo verbo da voz ativa:

(22) O Nilo fertiliza o Egito.

paciente - quando sofre a ação expressa pelo verbo passivo:

(23) O criminoso é atormentado pelo remorso.

(24) Construíram-se Açudes.

(25) "Lá na tropa é que se ensinam os tratantes".

(C. Castelo Branco)

indeterminado - quando não se indica o agente da ação verbal:

(26) Atropelaram uma senhora na esquina.

(27) Come-se bem naquele restaurante".

Os verbos transitivos diretos e indiretos e transitivos

diretos e indiretos são simultaneamente definidos por Cunha e Cintra (1985:132-3) como verbos em que a *ação* expressa transmite-se a outros elementos, exemplificando-os com os verbos *ver* e *invejar*, *assistir* (cena) e *perdoar*, *dar* e *aconselhar* respectivamente.

Inicialmente, Rocha Lima (1976:307-9), em suas definições sobre transitividade verbal, não menciona o termo *ação* ou qualquer de seus sinônimos, classificando os verbos transitivos e intransitivos conforme necessitem ou não de complemento.

Porém, no capítulo 10, referente ao verbo (ibidem, 107), ele define voz como "o acidente que indica a *ação verbal* é produzida ou recebida pelo sujeito". Tendo ele classificado os verbos como a palavra que denota *ação*, estado ou fenômeno podemos inferir que, retirando os verbos de estado ou fenômeno, todos os outros seriam *ativos* (ou agentivos).

Assim, aceitando transitividade como sinônimo de *ação*, que passa (transita) do agente a um paciente estaremos tratando as seguintes orações:

(28) João chutou a bola.

(29) João viu a bola.

(30) João ganhou a bola.

como orações com verbos transitivos, onde a *ação* passa do agente "João" para um paciente "bola". Desta forma por paralelismo sintático, todos os verbos serão agentivos ou seja exprimem *ação*.

Em "João chutou a bola" podemos ver que a *ação* passa do agente para o paciente. Mas, em "João viu a bola" a *ação* não passa do agente para o paciente, mesmo porque não podemos detectar *ação* em *ver*; e em "João ganhou a bola", - João não é o

agente e sim o beneficiário pois ganhou a bola - não praticou ação alguma.

Desta forma, como não há somente sujeitos agentivos e a transitividade não se limita à noção de agentividade, a definição de "voz ativa" não é suficiente para abranger todos os verbos, pois "A noção de voz verbal (ativa ou passiva) não deve ser considerada como relativa apenas aos verbos de ação" (Moura, 1988:204).

Sendo assim, não podemos definir ativa como a voz em que o sujeito é agente e passiva a voz em que o sujeito é paciente, pois não aplicamos a passiva apenas com verbos de ação.

Podemos, por exemplo, apassivar a oração *A menina viu o ladrão*. Sem que, no entanto, o sujeito *menina* seja um agente. Da mesma forma, podemos apassivar *João ganhou a bola*, sem que o sujeito *João* seja um agente.

Em suma, é temerário definir transitividade/intransitividade como noções ligadas à agentividade. Como vimos, estas análises assentam-se sobre bases um tanto frágeis.

1.2.2. Abordagem Estrutural

São poucos os trabalhos que dispomos com abordagem estruturalista do português. Dos autores pesquisados, escolhemos analisar Mattoso Camara Júnior (1986) e José Rebouças Macambira (1982).

Mattoso Camara, em seu "Dicionário de Lingüística e Gramática" (1981:235) define transitividade como a necessidade, que muitos verbos possuem de um complemento que os acompanhe. Explica ainda que, em línguas com sistema casual, como o la-

tim, o complemento é expresso pelo caso acusativo e que foram chamados transitivos pela possibilidade de poderem passar "(Lat transire)" para a voz passiva, onde o objeto será o sujeito paciente (caso nominativo). Transitividade, segundo ele, é sinônimo de predicação incompleta, aplicando-se, quer aos verbos de objeto direto (transitivos diretos) quer aos de objeto indireto (transitivos indiretos). Finalizando seu conceito, Mattoso diz que os verbos transitivos podem ser intransitivos pois "dependem de uma significação particular, dentro da polissemia do verbo" exprimindo assim, segundo ele, que o sujeito é "capaz da atividade pressuposta no significado verbal". Ele exemplifica tal *atividade* com o verbo *ver* que, novamente, é confundido com verbo de ação:

(31) "ex: este homem vê bem".

Macambira (1974:143-4) afirma que transitivo é sinônimo de predicação incompleta: "transita em procurar alguma coisa para completar-se"; intransitivo é sinônimo de predicação completa: "não transita, não sai do lugar, porque, para completar-se, não precisa de nada, basta-se a si mesmo, é completo por si próprio".

O autor não usa o termo verbal e sim processo verbal e explica:

"Em lugar de ação, fenômeno, estado, qualidade, ou qualquer outra coisa, modernamente adotou-se o termo processo, do latim *processus* - aquilo que se passa, "para designar a noção geral em que se resolvem as diferentes noções expressas pelo verbo" (Marouzeau, 53): verbo, então é a palavra que indica processo, isto é, aquilo que se passa no tempo".

E acrescenta: "Encerremos o assunto com Antoine Meillet:

"O verbo indica os processos, quer se trate de ações, estados ou passagens dum estado para o outro" (58, p.175).

Com relação ao sujeito, Macambira (ibidem, 167) faz um comentário que nos parece muito interessante, porque, de certa forma, ele já considera as relações semânticas do verbo, exemplificando com verbos transitivos:

"Alguns autores ensinam que o sujeito é o agente - aquele que pratica a ação expressa pelo verbo. Na voz ativa, é fácil demonstrar isto nalguns casos como *verbi gratia*:

(32) João Batista batizou o Messias,

porquanto não há dúvida que aí o sujeito é o agente do processo verbal.

Mas em:

(33) O enteado apanhava muito da madrasta,

está sobremodo evidente que o enteado não está praticando nada, mas talvez esperneando e gritando desesperado.

Em:

(34) Pedro está vendo Paulo,

o sujeito não está exercendo ação alguma, mas antes sofrendo em sua estrutura ocular. Os olhos captam passivamente os raios luminosos, que se encontram na retina de Pedro. Ver, pois, é sofrer: passividade portanto, e não atividade.

Em:

(35) Meu filho ama tua sobrinha,

não é fácil diagnosticar quem o agente e quem o paciente do conteúdo verbal (...).

Com este raciocínio, Macambira nos passa claramente a idéia de que nem sempre a ação passa do agente para o pacien-

te, e nós diríamos mais: haveria mesmo *ação* em *ver* e *amar*? Ou seriam apenas verbos de *experiência* em que o *sujeito* é apenas o *experienciador*? Ele mesmo já admite que o verbo *ver* não passa alguma *atividade* ao seu objeto mesmo porque, "os olhos captam passivamente os raios luminosos (...)".

Por outro lado, Mattoso Câmara fala de verbos de predicação incompleta, que podem transitar para a voz passiva onde o objeto será o sujeito para definir verbos transitivos direto, ao mesmo tempo em que fala de *atividade verbal* exemplificando com o verbo *ver*.

Macambira define os verbos transitivos como "sinônimos de predicação incompleta", e já levanta como vimos a questão da inexistência de *ação* em alguns verbos transitivos.

A seguir, analisaremos a gramática gerativo-transformativa, a fim de buscar o tratamento da mesma em relação à transitividade.

1.2.3. Abordagem transformacional

Em seu livro, *Aspectos da Teoria da Sintaxe* (1965), Chomsky afirma que uma gramática consiste em regras sintáticas, semânticas e fonológicas. As regras sintáticas seriam as regras geradas, que especificam a estrutura profunda (EP) e as transformam em estrutura superficial (ES), sendo os componentes semântico e fonológico apenas interpretativos.

A estrutura profunda é gerada pelo componente de base "as regras que enumeram as estruturas profundas de uma língua pertencem ao que se chama componente de base" (Perini, 85:151).

O componente transformacional converte as estruturas profundas em estruturas superficiais. Segundo Lyons (1976:120) a gramática modelo-padrão está assim estruturada:

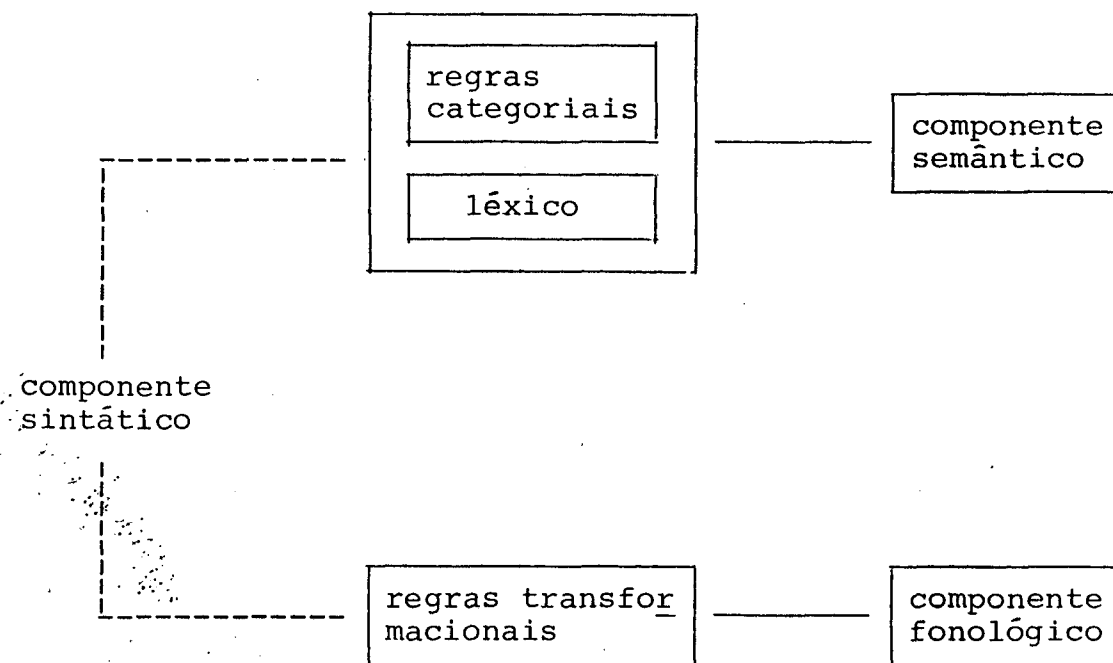


Figura 1

Onde as estruturas profundas de uma língua formam o componente de base que por sua vez, se subdividem em regras categoriais e um léxico.

As regras categoriais geram um indicador sintagmático (como SN e SV) que são ocupados pelo símbolo Δ que serão posteriormente substituídos por itens léxicos (processo denominado inserção léxica) segundo traços sintáticos específicos.

O léxico especifica as propriedades sintáticas, semânticas e fonológicas de cada item lexical.

Podemos exemplificar uma cadeia pré-terminal gerada pelo componente de base com:

(36) O — SN + AUX + SV

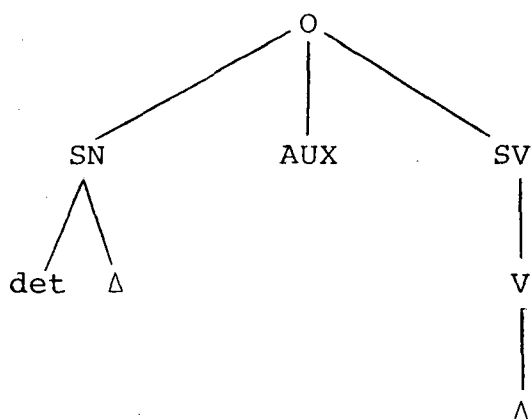


Figura 2

Inserindo itens lexicais no lugar do símbolo Δ teremos através de regras transformacionais de substituição uma cadeia terminal como:

(37) A menina vai dançar.

Essa cadeia pré-terminal pode porém representar outras orações da língua, até orações agramaticais, pois o léxico foi selecionado.

A inserção léxica é então a transformação que substitui um elemento Δ por um item léxico que deve, porém, obedecer determinadas condições para que não gere orações agramaticais.

Essas condições são: analisabilidade, subcategorização estrita e seleção (ou restrições seletivas (Cf. Perini, 1985: 174)).

A condição de analisabilidade nos permite inserir o item lexical gato no lugar do Δ inicial em (36) pois gato é marcado [+N] que é exigido pelo Δ inicial para formar o SN.

Mas, poderíamos gerar orações agramaticais como:

(38) *O gato vai dançar⁴

⁴ asterisco denota agramaticalidade.

desta forma, se faz necessário acrescentar restrições contextuais e não-contextuais.

Essas restrições são realizadas pelas regras de sub-categorização estrita (contextual) e restrições seletivas (não-contextuais) usadas para indicar se o verbo necessita de complemento e que tipo de SN sujeito e SN objeto são exigidos pelo verbo.

Esta é a parte que vem de encontro com nosso trabalho, pois é aqui que a Gramática Gerativo-transformacional trata da transitividade dos verbos.

Ao verbo, é atribuído o símbolo categorial [+V] e, em seguida, será classificado em transitivo ou intransitivo, conforme necessite ou não de um SN objeto pela regra de subcategorização estrita.

O traço [+ —] classifica os verbos intransitivos, onde "+ —" significa que não necessita de complemento:

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ V} \\ + \text{ —} \end{array} \right]$$

Os verbos transitivos são classificados pela regra de subcategorização estrita da seguinte forma:

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ V} \\ + \text{ — SN} \end{array} \right]$$

onde o traço [+ — SN] traduz a necessidade de um SN objeto para tais verbos.

Detectada a necessidade de complemento pela subcategorização estrita, os verbos transitivos serão classificados através de seus traços seletivos, que especificarão os nomes e seus traços na posição de SN sujeito e SN objeto.

Para o verbo comer v.t., por exemplo, em

(39) Eu comi o bolo.

teríamos V [+ V + — + SN].

Pela regra de subcategorização estrita detectamos que o verbo é transitivo, necessitando pois de um SN objeto.

Agora, então, os traços seletoriais serão introduzidos para indicar o SN sujeito e o SN objeto exigidos pelo verbo. A regra seletorial será representada da seguinte forma:

$$[+ SN_x \dots \text{---} SN_y]$$

onde x e y representam os traços seletoriais do SN sujeito e SN objeto.

Entre os traços assinados para os nomes, apenas o último é que será usado como distintivo para substituir (x, y).

Assim no substantivo gato teremos:

gato
+ N
+ an
- hum

O traço [- humano] é que poderia substituir os símbolos x e y.

Voltando à oração (39)

Eu comi o bolo,

e aplicando a regra seletorial teremos:

$$V[+V +, \text{---} SN] \text{---} [+SN_{+hum} \dots \text{---} SN_{-an}]$$

ficando assim especificado que o verbo comer, vt, exige um SN sujeito [+ hum] e um SN objeto [- an].

A análise feita pela primeira regra (subcategorização es-

trita) não é muito diferente da que vimos até agora, que tratam os verbos transitivos como aqueles que exigem um complemento que lhes integre o sentido, porquanto de uma forma ou de outra, elas dizem a mesma coisa, que admitem um objeto.

As restrições seletivas, por sua vez, especificam os verbos conforme os termos que os rodeiam (SN sujeito e SN objeto) e seus traços.

Desta forma, podemos analisar os verbos *ferir* e *ouvir*, do qual falava Lyons, orações (1) e (2):

ferir [+V, + — SN] — [SN_{hum} ... — SN_{hum}]

ouvir [+V, + — SN] — [SN_{hum} ... — SN_{hum}]

onde podemos verificar que as regras seletivas são idênticas para os verbos *ferir* e *ouvir*.

Portanto, a fragilidade da definição tradicional de transitividade de que fala Lyons (Cf. 1.2) também não é resolvida pelo modelo transformacional de Chomsky, ou seja, as regras de subcategorização estrita e seletiva não detectam as relações semânticas existentes entre o verbo e seus nomes (relações de causação, sensação, posse, locação, etc...).

Parece que tais regras são mais apropriadas no tratamento de fenômenos sintáticos, e não de problemas semânticos, como parece ser a diferença entre os verbos *ferir* e *ouvir*.

O estruturalismo e a gramática transformacional, por sua vez, reduziram a agentividade e outras relações semânticas (sensação, emoção, cognição, posse, etc) à noção de transitividade a um nível rigorosamente sintático, ignorando os elementos semânticos que também devem ser levados em conta no tratamento da transitividade.

Nos capítulos seguintes, tentaremos propor um tratamento da transitividade, que inclua elementos de ordem semântica (elementos que subjazem à noção de transitividade) que interagem com elementos sintáticos.

A rigor, um tratamento *global* da transitividade teria que levar em conta elementos *sintáticos*, *semânticos* e *pragmáticos*. Neste trabalho, no entanto, limitar-nos-emos aos elementos *semânticos* pelo fato de estes não terem tido a devida atenção no tratamento da transitividade.

Para este tratamento semântico da transitividade, usaremos a Gramática de Casos e, em especial, o modelo matricial de Wálter Cook, que será abordado no 2º capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO II

GRAMÁTICA DE CASOS

2.1. Introdução

Neste segundo capítulo, trataremos especialmente da Gramática de Casos, teoria que servirá de fundamentação teórica para o tratamento semântico da transitividade e em particular da sinonímia oracional.

Quando estudamos gramática de casos, devemos ter em mente que esta não é uma teoria unificada, sem variações, mas que dentro dela temos uma diversidade de modelos com diferentes tendências; entre eles podemos citar as teorias de Fillmore, Chafe, Anderson, Jackendoff, Gruber, Cook, etc.

Deter-nos-emos, inicialmente, na teoria de Charles Fillmore, pioneiro em Gramática de Casos com a publicação de "The Case for Case" (1977) cujo original é de 1968, seguido de um estudo de seu modelo de 1971, onde discutiremos as mudanças em relação ao seu primeiro modelo.

Abordaremos, ainda, as teorias de Chafe e Anderson, para finalizar com Walter Cook, cujo modelo será examinado com mais

profundidade por ser ele o modelo escolhido para o tratamento semântico da transitividade e, em particular, da sinonímia oracional no capítulo III deste trabalho. Parece, ao nosso ver, ser um modelo bastante abrangente, principalmente, em seu sistema casual que foi reduzido para cinco casos (A-E-B-O-L); a classificação de verbos básicos em estados, processos e ações e a formulação de uma matriz de esquemas casuais, que serve para formalizar os diversos tipos de verbos e relações que existem entre diferentes tipos de esquemas casuais.

O modelo de Cook será examinado quanto a (1) representação semântica, (2) lista de casos, (3) tipos de verbos e (4) relação entre entradas lexicais.

2.2. Introdução à Gramática de Casos

Com a publicação de "The Case for Case" (1968), Charles Fillmore apresenta o seu modelo de Gramática de Casos por estar descontente com a noção de estrutura profunda, tal como propunha Chomsky em seu modelo Gerativo-Transformacional (1965).

Fillmore apresentava duas importantes objeções no modelo de Chomsky. Na Gramática Transformacional, o sujeito era o SN diretamente dominado pelo S (sentença) e o objeto era o SN diretamente dominado pelo SV (sintagma verbal). Para Fillmore as noções de sujeito e objeto eram relações de superfície, pois o sujeito superficial pode não coincidir necessariamente com o sujeito lógico da oração. Segundo ele, o poder explicativo que se espera de um nível subjacente era alcançado em uma estrutura sintática mais profunda do que a proposta por Chomsky, onde estariam representados os "papéis" dos participantes, ou

seja, as relações do verbo com seus nomes.

O próprio Chomsky admitira a necessidade de uma noção "mais abstrata de função e relação gramaticais" para explicar a relação entre, por exemplo, os pares dar/receber, gostar/agradar, etc (1965:162).

Contudo, esta estrutura mais profunda proposta por Fillmore é também sintática, embora isto não corresponda às implicações teóricas deste modelo.

A segunda objeção de Fillmore à Gramática Transformacional relaciona-se com o tratamento do léxico. A classificação verbal no modelo de Chomsky era feita em termos de regras de subcategorização estrita e restrição seletional, as quais classificavam o verbo de acordo com as categorias que os rodeavam bem como seus traços (+ humano, etc). Fillmore não aceitava tais regras, pois estas não davam conta da distinção entre certos verbos, como vimos em 1.2.3 nos exemplos (1) e (2):

(1) Eu o firo.

(2) Eu o ouço.

em que as regras de subcategorização estrita e seletionais são idênticas para ambos os verbos.

A gramática de casos resolve este problema ao analisar estas orações em termos de casos, ou seja, as relações do verbo com os seus nomes, os "papéis" dos participantes.

Os exemplos abaixo apresentados pelo próprio Fillmore em 1966, mostram o ponto de partida da sua gramática e a diferença da análise da Gramática Gerativo-Transformacional.

40 (a) João deu um golpe em Paulo.

(b) João recebeu um golpe de Paulo.

(41) a) O açúcar carameliza.

b) Maria caramelizou o açúcar.

Enquanto João é considerado sujeito tanto em (40(a) quanto em (40(b) pela Gramática Gerativa e Transformacional, Fillmore mostra, em sua teoria que João não tem a mesma função nas duas sentenças pois em (40(a) ele pratica uma ação e em (40(b) nada faz, apenas recebe a ação de Paulo.

Em (41(a) e (b), ao contrário, a Gramática Gerativa e Transformacional analisa açúcar como sujeito na primeira sentença e objeto na segunda, enquanto que pela teoria de Fillmore, o papel desempenhado pelo termo é o mesmo em ambas as sentenças.

Desta forma, Fillmore propõe uma estrutura ainda mais profunda do que a proposta por Chomsky, onde encontraremos representados os papéis dos participantes e suas relações com o verbo onde a sentença, em sua estrutura profunda, consiste de um verbo e um ou mais SNS, associados ao verbo por uma relação de caso particular.

Sendo assim, a estrutura profunda da sentença é formada por um verbo e um número de SNS, que seriam os casos. Sua primeira regra de base era formada de:

$$S \text{ — } M + P$$

$$P \text{ — } \text{verbo} + C_1 + C_2 \dots C_n$$

$$C \text{ — } K + SN$$

onde a proposição (P) é composta por um verbo (V) e uma série de relações associadas ao verbo, chamadas casos (C) que poderiam ser definidos como "um conjunto de conceitos universais, presumivelmente inatos, que identificam certos tipos de julgamentos que os seres humanos são capazes de fazer acerca dos acontecimentos que ocorrem ao seu redor (quem faz o que, como

aconteceu, etc)" (Fillmore, 1968:299).

No exemplo do autor:

(42) João abriu a porta com a chave.

teremos a seguinte representação para ilustrar a primeira regra de base proposta:

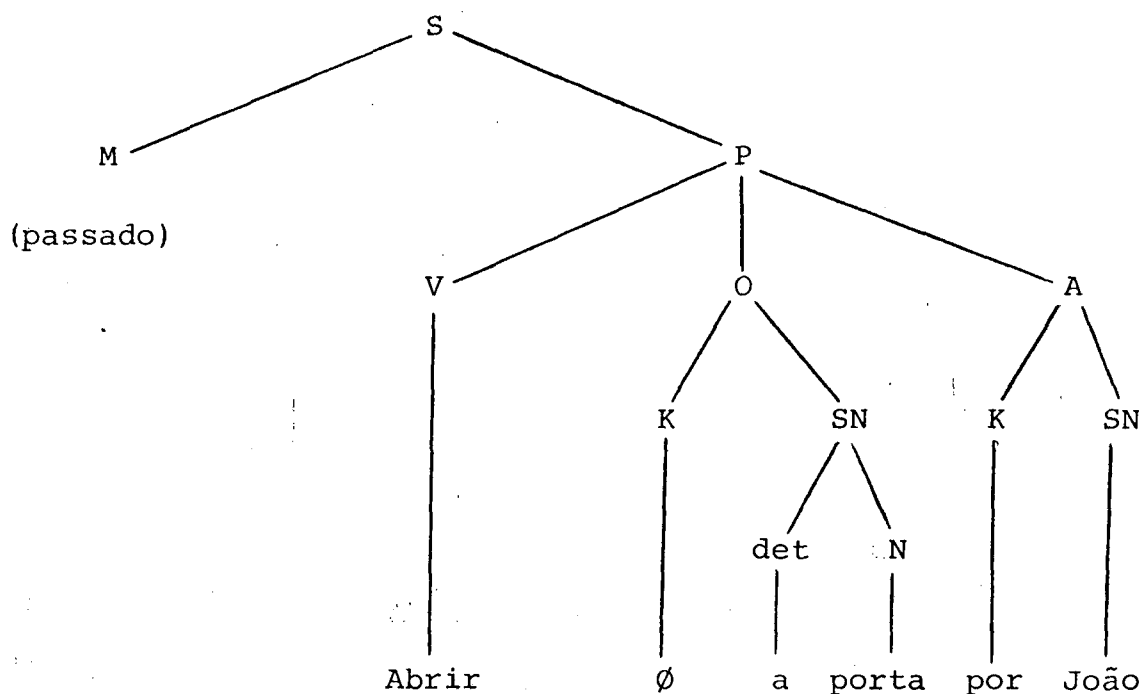


Figura 3

onde podemos observar também a presença dos marcadores casuais (K = preposições) na estrutura profunda, pois, para Fillmore, a presença de tais marcadores se faz necessária porque em línguas sem desinências casuais, os casos são representados por preposições, posição esta que ele abandona mais tarde, em seu modelo de 1971, pelo fato de as preposições aparecerem apenas na estrutura superficial, através de regras de transformação, não afetando o significado da sentença.

Quanto a lista de casos, neste seu primeiro modelo, são listados seis:

- Agentivo (A): caso do ser animado, instigador da ação identificada pelo verbo:

(43) Eu pintei o muro.

- Instrumental (I): caso da força do objeto inanimado envolvidos como causa na ação ou estado descrito pelo verbo:

(44) Eu pintei o muro com pincel.

- Dativo (D): caso de ser animado afetado pelo estado ou ação verbal:

(45) Eu gostei da pintura.

- Objetivo (O): caso das coisas ou seres afetados pela ação ou estado descritos pelo verbo. É o caso semanticamente mais neutro:

(46) Eu pintei o muro.

- Locativo (L): caso que identifica a localização ou a orientação espacial do estado ou ação descritos pelo verbo:

(47) Os pincéis estão na caixa.

- Factivo (F): caso do objeto ou ser resultante da ação ou estado descrito pelo verbo ou entendido como parte do significado do verbo.

(48) O poeta escreveu um livro.

Os casos existem na ordem hierárquica que determinará a escolha do sujeito: se há um Agentivo este será o sujeito; na sua ausência, o Instrumental será escolhido e, na falta dos dois, o sujeito será o Objetivo. Os casos são ordenados da direita para a esquerda, como no exemplo:

(49) Eu abri a porta com a chave.

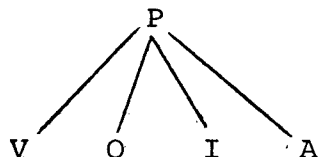


Figura 4

Os verbos são selecionados e classificados conforme o tipo e o número de casos exigidos pelo seu significado, e sua representação é feita em esquemas casuais. Para a sentença (5), por exemplo o verbo abrir exige um Agente (A) um Instrumental (I) e um Objetivo (O). Assim sendo, teremos $V+[-O,I,A]$ como esquema casual para este verbo. O mesmo verbo abrir, assim como outros, pode ocorrer em ambientes distintos, com esquemas casuais próprios. Assim, para o verbo abrir, podemos ter os seguintes esquemas casuais:

(50) A porta abriu. $V+[-O]$

(51) João abriu a porta. $V+[-O, A]$

(52) O vento abriu a porta. $V+[-O, I]$

(42) João abriu a porta com a chave. $V+[-O, I, A]$

Em seu segundo modelo (1971), Fillmore propõe duas modificações: (1) na estrutura profunda e (2) na lista de casos. As modificações na estrutura profunda são (a) ausência do constituinte modalidade, (b) ordenação dos casos da esquerda

para direita e (c) eliminação das preposições (K) da estrutura profunda.

A lista de casos passa agora a constar de nove casos, assim ordenados hierarquicamente: Agentivo (A), Experienciador (E), Instrumental (I), Objetivo (O), Origem (Or), Meta (M), Locativo (L), Temporal (T) e Benefactivo (B).

Neste ponto, o modelo de 1971 difere de 1968 em três pontos importantes.

Primeiramente, o Instrumento (I) é redefinido para abranger (a) forças da natureza, tais como vento, trovão, etc... e (b) o estímulo de experiência psicológica, como por exemplo, no sujeito de verbos como agradar, assustar, molestar, etc. O modelo de 1968 não mencionava forças da natureza, mas provavelmente seriam analisadas como agentivas, pelo fato de serem tradicionalmente consideradas como "agentes".

Em segundo lugar, o caso Experienciador (E) é introduzido no modelo de 1971, para dar conta de predicções psicológicas ou mentais. Na realidade, o Experienciador vai absorver grande parte do caso (D) Dativo (do modelo de 1968), excluindo, no entanto, verbos que denotam posse, ganho ou perda, transferência de propriedade e de mudança de estado.

Em terceiro, os casos Origem (O) e Meta (M) são introduzidos para dar conta de predicções locativas, temporais e outras predicções.

Os sistemas casuais que contêm os casos locativos, origem e meta são chamados "localistas", pelo amplo uso destes casos. O terceiro caso locativo (ou locação) dá conta apenas da locação estática. Origem e meta dão conta dos locativos direcionais. Esta redivisão do continuum da realidade semân-

tica é uma diferença fundamental entre os modelos de 1968 e 1971.

No primeiro modelo 1968, os locativos estáticos e direcionais estavam em distribuição complementar, isto é, eram expressões de um mesmo locativo.

No modelo de 1971, os locativos direcionais estão expressos nos casos Origem e Meta. Além de dar conta dos casos "puramente locativos", os casos locativos também abrangem os locativos "abstratos", isto é, absorvem as relações temporais, de mudança de estado, posse, ganho ou perda e transferência de propriedade.

Após os dois modelos de Fillmore, outros lingüistas apresentaram novas propostas baseados no próprio Fillmore: entre eles, Chafe (1970), Anderson (1971) e Cook (1970-1978).

No modelo proposto por Chafe, uma diferença fundamental da teoria de Fillmore é detectada em relação aos casos que passam a ser relações semânticas profundas e não sintáticas como afirmava Fillmore.

Chafe (1979) afirma que o aspecto criativo da língua está na estrutura semântica, defendendo a centralidade do verbo, porquanto é este que determina a presença e a natureza do nome, que é periférico.

Chafe destaca ainda a idéia de que a língua é, essencialmente, a conversão de conceitos (significados) em som, ou seja, o falante tem idéias (conceitos) a transmitir e o faz através do material fonético. Mas, se por uma lado, os conceitos são diversificados, o material fonético é restrito pela própria anatomia articulada e acústica do ser humano. Então estas unidades semânticas (conceitos) são transmitidas atra-

vés de combinações de unidades fonéticas. Conforme Moura (1988: 47) "essa concepção da língua pode ser esquematizada a grosso modo, por:

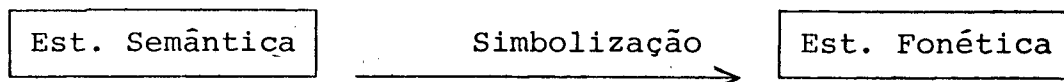


Figura 5

o que se resume na frase: "A língua é um sistema que medeia, de forma altamente complexa, entre o universo do significado e o universo do som" (ibidem, 15).

Como vemos a semântica está clara e fortemente na base do modelo de Chafe, sendo responsável pela boa formação dos enunciados das frases gramaticais da língua.

Ao contrário do modelo de Fillmore, que dividiu os verbos em estados e ações, Chafe introduz a noção de processo e divide-os em estados, processos, ações e ações-processo, sendo os três últimos definidos como não-estado, por responderem a pergunta "O que aconteceu?" que não pode ser respondida por um verbo de estado já que é um não-acontecimento. Tomemos exemplos do próprio autor:

- 53 (a) A madeira está seca.
- (b) A madeira secou.
- (c) Miguel correu.
- (d) Miguel secou a madeira.

(ibidem, 98)

Em 53(a), temos um estado "A madeira está seca", em que o nome madeira é o seu paciente, especificando o que é que está no estado.

Em 53(b), A madeira secou, há um processo, pois o nome muda de estado ou condição, sendo um paciente do verbo.

Podemos salientar aqui, que a inclusão de verbos processuais é um dos pontos mais fortes, entre outros, do modelo de Chafe, e que será também incorporado a modelos de outros gramáticos de casos, como Cook (1979).

Em 53(c), Miguel correu, já não temos um nome paciente e sim um agente, pois o verbo expressa uma atividade sendo classificado como verbo de ação.

Finalmente em 53(d), Miguel secou a madeira, há uma mudança de estado (condição) de um nome madeira - paciente - e ao mesmo tempo uma ação - onde alguém Miguel, faz algo ao paciente, caracterizando o verbo como ação-processo.

Orações como:

54 (a) É tarde.

(b) Está chovendo. (ibidem, 102)

são analisadas por Chafe como predicacões de zero argumento, pois não há a ocorrência de nenhum nome; estas orações são denominadas pelo autor de "AMBIENTE", pois o verbo cobre o ambiente total e não apenas objetos(s) que estejam nele. Este verbo pode ser especificado como estado em 54(a) e ação em 54(b), sendo que esta última, a nosso ver, não expressa ação e sim processo.

Voltando aos testes de Chafe para detectar as relações básicas de ação, processo, estado e ação-processo que o verbo mantém com seus nomes, vemos que o estado pode ser detectado negativamente como não-acontecimento, como vimos em 53(a). Não podemos fazer a pergunta: "O que aconteceu?", pois obteríamos uma resposta negativa "nada aconteceu". Desta forma, o estado

verbal é detectado pela resposta negativa à pergunta "O que aconteceu?", que, para detectar o processo seria respondida positivamente como em 53(b), A madeira secou, pois temos aqui um acontecimento, embora não-agentivo.

Para detectar ação usamos, segundo Chafe, a pergunta "O que SN fez?" que seria respondida pela sentença 53(c), Miguel correu; e, finalmente, para ação-processo como na sentença 53(d), Miguel secou a madeira, as duas perguntas seriam respondidas: O que SN fez? - secou a madeira - ação. O que aconteceu? - a madeira secou - processo.

Chafe propõe oito casos que ele denomina relação nome-verbo. São eles: Agente, Objeto, Beneficiário, Locativo, Experienciador, Instrumento, Complemento e Ambiente. Sendo o verbo o elemento central, as estruturas semânticas são geradas a partir de um símbolo inicial V. Tais estruturas são formadas por regras de formação semântica e convertidas em estruturas de superfície através de processos pós-semânticos, os quais não alteram o significado da estrutura. Os verbos são denominados conforme os casos por ele exigidos, não havendo, no entanto a formalização em esquemas casuais, como em (55):

(55) Laura pôs o livro sobre a mesa.
 A O L

onde o verbo seria denominado como verbo agente-locativo.

No modelo de Chafe, não encontraremos também a teoria da correferência, nem a teoria da lexicalização.

Para estabelecer a relação entre verbos, o autor propõe um sistema bi-direcional, através de regras derivacionais:

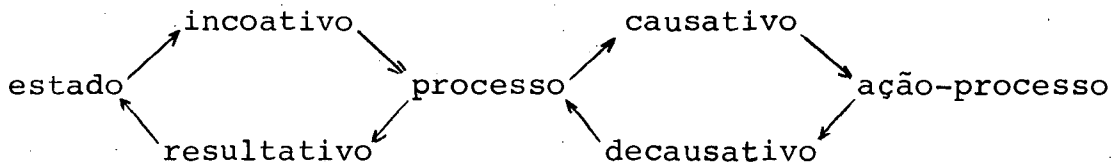


Figura 6

que pode ser exemplificado como: estado + incoativo = processo: seco / secar VI; processo + resultativo = estado: quebrar VI / quebrado; processo + causativo = ação: quebrar VI / quebrar VT; ação-processo + decausativo = processo: cortar VT / cortar VI.

A partir destas regras, Cook propõe normas para estabelecer a forma básica ou intrínseca destes verbos. A respeito disto, falaremos mais adiante, quando abordaremos o modelo matricial de Cook.

A seguir, trataremos rapidamente do modelo de Anderson, que é uma teoria localista apresentada em 1971 com a publicação de "The grammar of case: towards a localist theory". Na sua representação semântica, o verbo é o elemento primordialmente relacional e os nomes, referenciais. Os casos são ordenados da esquerda para a direita e há marcadores casuais na estrutura profunda:

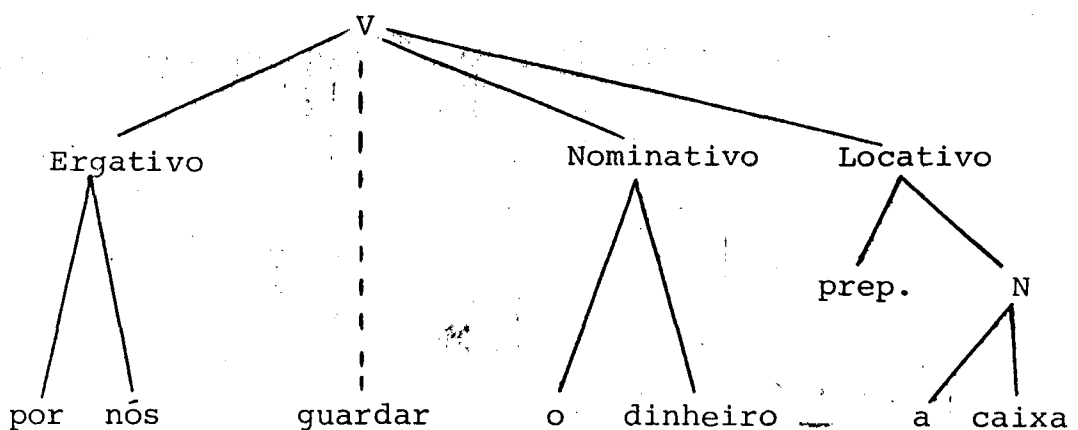


Figura 7

que podemos esquematizar da seguinte forma:

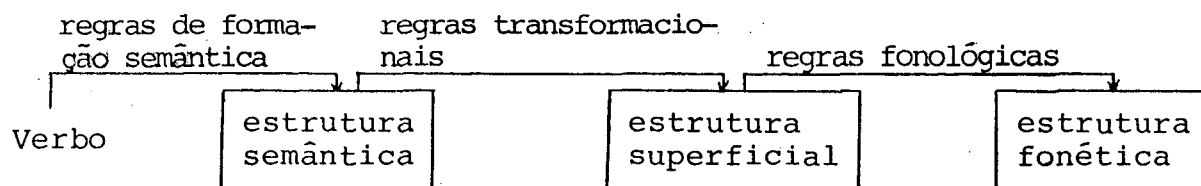


Figura 8

A lista de casos deste modelo compreende apenas quatro casos: Nominativo, Ergativo, Locação e Ablativo. O Nominativo corresponde ao O (objeto) e é obrigatório, o Ergativo é o agente; o Ablativo denota Origem; e Locação se divide em Locação e Alativo (= Meta).

Por um lado, este modelo assemelha-se muito como segundo modelo de Fillmore (1971), porquanto apresenta um sistema casual localista, embora com terminologia diferente. Por outro, assemelha-se ao modelo de Chafe, no que diz à classificação mais geral dos verbos, porquanto os classifica em estados, processos e ações.

Cook que abordaremos a seguir, extrai deste modelo, principalmente, a obrigatoriedade do caso O (Objeto).

2.3. O modelo matricial de Walter Cook

Segundo Maurício Brito de Carvalho (1987), podemos falar Gramáticas de Casos, tal é a diversidade de modelos apresentados. Cada modelo difere dos outros em alguns pontos e foram estas diferenças, entre outras, que levaram Cook a propor o seu próprio modelo, reunindo, segundo ele, os melhores pontos dos trabalhos de Fillmore (1968-1971), Chafe (1970)

e Anderson (1971). Numa série de artigos publicados nos "Working Papers on Languages and Linguistics da Georgetown University", Cook propõe o seu modelo chamado modelo matricial. Estes artigos incluem A set of postulates for case grammar analysis (1972), A case grammar matrix (1972), Covert case roles (1973), Verb classification in case grammar (1973) e Case grammar and generative semantics (1974).

O modelo matricial foi assim denominado por agrupar os verbos em uma matriz, classificando-os verticalmente em estados, processos e ações, e, horizontalmente, em verbos básicos, de experiência, benefactivos, e locativos.

Segundo Cook, um modelo de Gramática de Casos deverá conter os seguintes pontos:

- a) O tipo de estrutura profunda;
- b) Lista de casos;
- c) A combinação dos casos para a formação dos esquemas causais;
- d) A derivação de um tipo de verbo de outro verbo;
- e) A teoria dos casos não-manifestos, como explicação para a ausência total ou parcial de certos casos na estrutura de superfície Cook (1979:200).

Para o autor, nenhum dos modelos até então apresentados continha esses pontos, surgindo daí a idéia da criação de um modelo que reunisse todos esses requisitos: o modelo matricial que apresentaremos a seguir, abordando os pontos acima citados.

A representação semântica deste modelo, para cada sentença é feita em termos de um verbo central e os nomes exigidos pela valência semântica daquele verbo. Os nomes que estão em relação de dependência com o verbo são chamados "ca-

tos". O número e o tipo de casos serão determinado para cada verbo pela valência semântica do mesmo. A estrutura semântica consiste de um S (sentença), dominando um, dois ou três casos, como segue na figura 9, como estrutura profunda de (56):

(56) João deu flores para Maria.

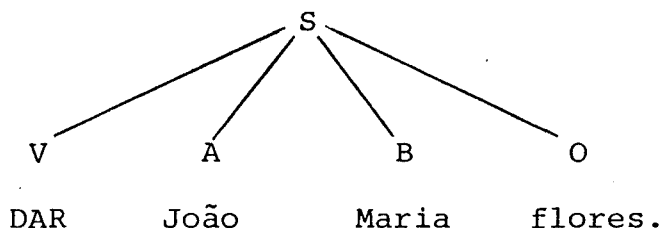


Figura 9

onde o verbo é o elemento central que determina o número e o tipo de casos exigidos pelo seu significado. O verbo e seus casos são apresentados em forma de esquema casual como em (57):

(57) dar +[— A, B, O]

De acordo com o modelo matricial, podemos encontrar verbos que exigem um, dois ou três casos como no exemplo acima. Cook utiliza cinco casos que, combinados com os tipos de verbos, formam a matriz deste modelo.

Estes "casos" são, na Gramática de Casos, relações semânticas próprias da estrutura profunda, em oposição a termos como sujeito e objeto, que referem-se a relações gramaticais próprias da estrutura superficial; referem-se a relações semânticas subjacentes independentemente de suas formas superficiais.

Fillmore (1975:5) aponta algumas normas para uma lista casual: a) deve ser pequena em número de casos; b) adequada para a classificação de verbos de uma língua e c) que tenha

validade universal.

Os casos que são exigidos pela valência semântica do verbo são chamados proposicionais, enquanto que modais são os casos opcionais, isto é, aqueles não exigidos pelo significado do verbo.

Os cinco casos apresentados por Cook são:

1. Agente (A) é o caso exigido por um verbo de ação. Embora o agente seja tipicamente animado (58), nomes inanimados também podem ocorrer como agentes (59):

(58) Zico chutou a bola.
A

(59) As inundações atingiram milhares de pessoas.
A

2. Experienciador (E) é o caso exigido por um verbo de experiência. Experienciador é a pessoa que experiencia uma sensação, emoção, cognição ou comunicação:

(60) O goleiro viu a bola.
E

3. Benefactivo (B) é o caso exigido por um verbo benefactivo, é o possuidor de um objeto ou é um participante não-agentivo na ocorrência de uma transferência de propriedade como em (61):

(61) César deu flores à namorada.
B B

4. Objeto (O) é o caso neutro e obrigatório para verbos de estado, processo e de ação como em (62), (63) e (64):

(62) Nós vimos o cometa.
O

(63) Maria virou o copo.
O

(64) O copo caiu.
O

5. Locativo (L) é o caso exigido por um verbo locativo; é restrito a locação física e inclui locativos estáticos (65) e direcionais (66):

(65) João está no jardim.
L

(66) O presidenciável Lula chegou à Santa Catarina.
L

Esta lista de casos caracteriza um sistema casual não-localista, onde os primeiros casos são Agente e Objeto, sendo este último, segundo Cook, um caso obrigatório em cada sentença. Os casos secundários são Experienciador, Benefactivo e Locativo. A escolha do sujeito é feita de acordo com a ordenação dos casos, ou seja, da esquerda para a direita - A - E - B - O - L, isto é, o sujeito será o A; na sua ausência, será o E; na falta do E, será o caso B; e assim sucessivamente.

Neste modelo algumas normas são propostas para agrupar os casos em esquemas casuais, que são os seguintes:

a) Cada esquema casual consiste de um verbo e um, dois ou três casos;

b) Os casos não se repetem no mesmo esquema casual, exceto o caso O;⁵

c) O caso O é obrigatório (Gruber, 1976:38; Anderson, 1971:37);⁶

⁵ Na Língua Portuguesa, outros casos podem se repetir (Vide Oliveira, 1989:25).

⁶ Esta norma não se aplica ao português, porquanto, temos orações de zero argumento, como em: Está chovendo.

d) Os casos E, B, L, são mutuamente excludentes;⁷

e) Os casos estão ordenados da esquerda para a direita para assim, seguirem a ordem de escolha do sujeito.

Os esquemas casuais representam a estrutura profunda da sentença. Contudo, pode acontecer que, certos casos presentes na estrutura profunda não apareçam na estrutura superficial. Estes casos são chamados não-manifestos e podem ser parcialmente ou totalmente não-manifestos.

Os casos parcialmente não-manifestos podem estar presentes ou ausentes da estrutura superficial; são chamados "casos apagáveis". Vejamos a sentença (67) de Fillmore (1968:29)

(67) Mamãe está cozinhando (batatas).

que terá o seguinte esquema casual: cozinhar, vt [— A, *O]/O apagável, onde o asterisco indica o caso que está apagado.

Os casos totalmente não-manifestos são casos que nunca estão presentes na estrutura de superfície, pois fazem parte do significado do verbo. Podem ser casos correferenciais ou casos lexicalizados.

Os casos correferenciais são dois casos que se referem a mesma pessoa ou coisa na estrutura profunda tendo a mesma realização na estrutura superficial. Vejamos a sentença (68):

(68) Os náufragos nadaram até a praia.
A = O L

onde Os náufragos é, ao mesmo tempo, o agente (o que pratica a ação) e o objeto (o que se desloca), ficando, pois, a sentença com o seguinte esquema casual [— A, *O, L] A = O. Além do agente em correferência com o objeto, podem aparecer ain-

⁷Esta norma é questionada por Oliveira (1989:25).

onde o verbo arborizar traz em sua forma o caso O - árvores.

Quanto aos verbos, podem ser classificados em básicos, de experiência, benefactivos e locativos, podendo cada um deles ser de estado, de processo ou de ação. De maneira geral, os verbos são classificados em estados e não-estados. O verbo de estado é semanticamente estático e é definido como verbo de não-acontecimento. Os verbos de não-estado são classificados em processos e ações; os processuais são verbos de acontecimento não-agentivo, enquanto que os de ação são verbos de acontecimento agentivo.

Ficam assim esquematizados:

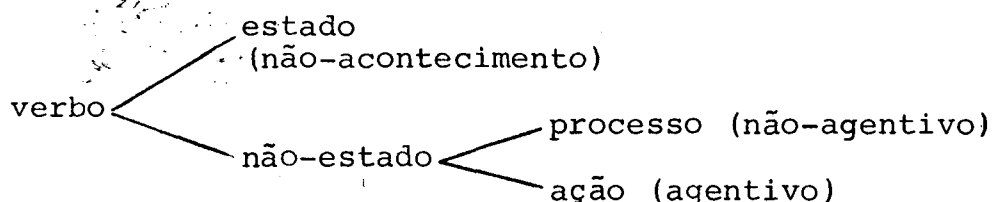


Figura 10

Para identificar os estados, processos e ações, o modelo de Cook utiliza os testes (imperativo, progressivo), conforme Lakoff (1966). Estes testes foram adaptados por Fillmore e Anderson e são também mencionados em Chafe.

Os verbos de estado não admitem o aspecto progressivo nem o imperativo. Por exemplo:

74 (a) João é bonito.

(b)*João está sendo bonito.⁸

(c)*Seja bonito, João!

⁸O asterisco na tradição da Gramática Gerativa e Transformacional denota agramaticalidade.

Os verbos processuais tomam o aspecto progressivo, mas não passam no imperativo, como no exemplo:

- 75 (a) João morreu.
 (b) João está morrendo.
 (c) *Morra João!⁹

Os verbos de ação podem ocorrer tanto na forma progressiva como na imperativa. Exemplo:

- 76 (a) Maria faz bolos.
 (b) Maria está fazendo bolos.
 (c) Faça bolos, Maria!

Assim podemos classificá-los como:

estados [- imperativo, - progressivo]
 processos [- imperativo, + progressivo]
 ação [+ imperativo, + progressivo]

Além destes testes de Lakoff, Chafe (1970:99-101), como vimos, propõe outros testes para detectar estados, processos e ações.

Pela pergunta "O que aconteceu?" podemos distinguir um estado de um não-estado pela resposta que, se negativa, detectará um estado.

Exemplo:

- "O que aconteceu?"

53(a) A madeira está seca.

logo, 53(a) expressa estado.

Uma oração de processo responderá à pergunta: "O que aconteceu a SN?" - como, por exemplo:

⁹ Verbos de estado ou processuais podem, dependendo do contexto, ser considerados agentivos (Cf. Cruse, 1973).

(77) Helena caiu.

onde teremos "O que aconteceu a Helena? - Helena caiu.

Orações de ação serão detectadas na resposta para a pergunta "O que SN fez? como, por exemplo:

(78) Helena quebrou o prato.

Organizando os verbos em dimensões horizontais e verticais, Cook formulou então a matriz de esquemas casuais de seu modelo:

TIPOS DE VERBOS	BÁSICOS	EXPER	BENEF.	LOCATIVO
Estados	Oe ser bonito	E, Oe saber	B, Oe ter	Oe, L estar em
Processos	O morrer <i>acelerar</i>	E, O notar	B, O ganhar	O, L rolar, vi
Ações	A, O matar	A, E, O falar	A, B, O dar	A, O, L colocar

Figura 11

O verbo básico estático ocupa a primeira divisão vertical da matriz e o caso O é marcado Oe para indicar estaticidade.

O verbo básico processual ocupa a segunda linha vertical e o caso "A" não está presente por ser ele um verbo de acontecimento não-agentivo.

O verbo básico ativo ocupa a última linha da matriz e tem o "A" em seu esquema casual, junto com o "O".

Dentro da matriz, os verbos são classificados de acordo com o campo semântico específico. Desta forma, os verbos básicos utilizam somente os casos "A" e "O", os verbos experimen-

tativos terão o "E"; os benefactivos terão o "B" e os locativos incluem o caso "L".

Os verbos básicos devem ter um O, já que, segundo Cook, é um caso obrigatório. Os verbos básicos de estado indicam estatividade e pedem um argumento como em:

74 (a) João é bonito.

Oe + [— Oe]

o mesmo acontecendo com ser alto, estar aberto, etc.

Os verbos processuais, por sua vez, são aqueles em que a pessoa ou coisa sofrem uma mudança de estado ou condição, como em:

75 (a) João morreu.

O

em que o esquema casual é + [— O], o mesmo acontecendo com quebrar vi, abrir vi, secar vi, fechar vi, etc.

Finalmente, os verbos agentivos são verbos de dois argumentos, um "A" e um "B", onde o A é o elemento que expressa a ação e o O é o elemento afetado ou criado pela ação, como em (79) e (80).

(79) José quebrou o quadro (afetado).

A

O

(80) José escreveu um poema (criado).

A

O

O esquema casual de predicções agentivas básicas é [— A, O].

Verbos de experiência são aqueles que denotam sensação, emoção, conhecimento e comunicação, podendo ser estáticas, processuais e agentivos.

Os verbos de experiência estáticos são aqueles em que a

Os verbos benefactivos estáticos expressam um estado de posse:

(84) Maria tem um carro novo.
 B Oe

onde Maria é o caso benefactivo (B), pois está em posse de alguma coisa. O esquema casual para este tipo de verbo (como ter vt, possuir vt, etc) é +[— B, Oe].

Pode, porém, haver uma variação neste esquema quando ele se apresenta em ordem inversa, como no exemplo:

(85) Este anel pertence a Ângela.
 Oe B

+ [— Oe, B] / ordem inversa.

Os verbos benefactivos processuais são aqueles em que o beneficiário sofre um ganho ou perda e seu esquema casual é +[— B, O]. São eles ganhar vt, encontrar vt, etc, como (86) e (87):

(86) Márcia perdeu o anel.
 B O

(87) Nós ganhamos o jogo.
 B O

Os verbos benefactivos ativos são aqueles em que seus esquemas casuais exigem um A, B, e um O como em (88):

(88) Daniel deu flores para Isabela.
 A O B

+ [— A, B, O]

onde o (A) é o que pratica a ação, o (O) é o objeto que se transfere de propriedade e o (B) é o beneficiário, tal como em doar vt e entregar vt.

Verbos locativos são verbos que denotam locação física ou mudança de um lugar para o outro. São predicacões de dois ou três argumentos, que podem ser estados, processos ou ações.

Os verbos locativos estáticos expressam a localização de uma pessoa ou objeto em (89) e (90):

(89) Murilo está em casa.
 Oe L

(90) O livro está sobre a mesa.
 Oe L

cujo esquema casual é +[— Oe, L], podendo haver variação na ordem dos casos, como em:

(91) A caixa contém laranjas.
 L Oe

+ [— L, Oe]/ordem inversa

Os locativos processuais são aqueles que especificam um objeto de pessoa em movimento num acontecimento não-agentivo, em verbos como: rolar vi, mover vi, ir vi (não-agentivos):

(92) A bola rolou para o campo adversário.
 O L

(93) A menina rolou escada abaixo.
 O L

O esquema casual para estes verbos é +[— O, L], exceto para verbos como encher vi, desocupar vi, etc, em que os casos são listados na ordem inversa no esquema casual +[—L, O], como em:

(94) O poço encheu de água.
 L O

Os verbos locativos agentivos são aqueles que têm como esquema casual +[— A, O, L], como em:

(95) Zico rolou a bola para a área.
 A O L

(96) Marina colocou o livro na estante.
 A O L

Além destes quatro tipos de verbo (básico, de experiência, benefactivos e locativos), Cook ainda admite um tipo de verbo que ocorre na língua, os verbos temporais ou predicções

O sistema de derivação bi-direcional é apresentado na figura (12):

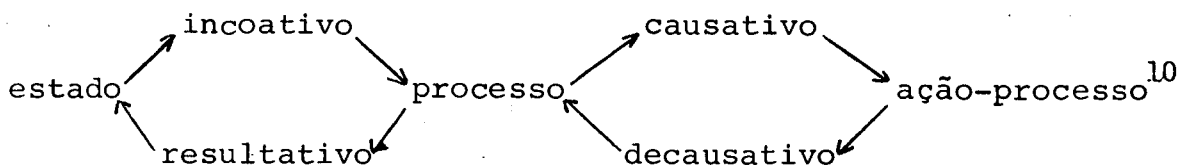


Figura 12

que poderá ser assim exemplificado:

estado + incoativo = processo: seco adj/secar vi

processo + resultativo = estado: quebrar vi/quebrado

processo + causativo = ação: quebrar vi/quebrar vt

ação-processo + decausativo = processo: cortar vt/cortar vi.

A partir deste sistema, que, dada a forma básica de um verbo, explicará como outros verbos são derivados dele, Cook formula regras para detectar qual seria a forma básica do verbo, que poderá ser um estado, um processo ou uma ação.

As regras são as seguintes:

1. Entre duas formas de estado/não-estado, a forma básica será a morfologicamente mais simples:

quebrado / quebrar vi

seco / secar

2. Entre duas formas adjetivas, sendo uma um adjetivo e outra um particípio passado, o adjetivo será a forma básica:

quente / esquentado

¹⁰ Para Cook, ação-processo é considerada simplesmente ação.

3. Entre duas formas: processo/ação, o processo será básico quando se tratar de um intransitivo (puro):

secar vi / secar vt

4. Porém, se o intransitivo for um pseudo-intransitivo (isto é, se ocorrer livremente com um advérbio de modo:

A faca corta bem, a forma transitiva será básica:

cortar vi / cortar vt

Detectada a forma básica, pelos critérios morfológicos e sintáticos, somente ela será introduzida na entrada lexical.

Em suma, Cook em seu modelo matricial adota (1) a centralidade do verbo, (2) basicamente o sistema casual de Fillmore (1968) e Chafe (1970), o que caracteriza um modelo não-localista, (3) os tipos de verbos de Chafe (estados, processos e ações), (4) a obrigatoriedade do O (Objeto), do modelo de Anderson, (5) a teoria dos casos não-manifestos de Fillmore (1971), e (6) o sistema bidirecional de derivação de Chafe (1970) e, com base nestes três autores, monta seu próprio modelo, por não considerar completos os outros modelos até então apresentados.

CAPÍTULO III

SINONÍMIA

3.1. Introdução

O terceiro capítulo será dividido em duas partes.

Na primeira parte, faremos um levantamento sobre o que alguns autores pensam sobre a sinonímia e como a definem.

Examinaremos, nesta mesma ordem, Bechara (1969), Rocha Lima (1976), Tenório de Albuquerque (1968), Francisco da Silva Borba (1976), Mattoso Câmara Júnior (1981), Lyons (1979), Dubois et alii (1975), Mariana Tutescu (1975) e finalmente Hilari e Geraldini (1985).

Este levantamento tem como objetivo constatar o tratamento até então dado à sinonímia, que, quase sempre, tem sido definida a nível de palavras (lexical), como nos dicionários de vocábulos e de sinônimos, os quais nos oferecem listas de palavras que podem ser "permutáveis" entre si.

Entre uma definição e outra, encontramos em alguns autores uma referência, quase sempre mínima, à sinonímia oracional, que será tratada na segunda parte deste trabalho. Esta

segunda parte será formada pela análise de oito pares de orações e mais três orações, sendo analisados os verbos e os complementos de cada uma, como por exemplo empossar/dar posse. Além disso, realizaremos a troca dos verbos de cada oração, totalizando trinta e oito orações analisadas.

Tal análise tem como objetivo detectar a sinonímia a nível oracional, bem como as condições para sua possível realização. As análises serão feitas a nível sintático, semântico-oracional, semântico-lexical (semas ou traços semânticos), e morfológico e fonológico.

Conforme a fundamentação teórica do segundo capítulo, estaremos embasados no Modelo da Gramática de Casos, usando dentro desta, a teoria da lexicalização como possível explicação para o problema da sinonímia oracional de orações transitivas.

3.2. Sinonímia

A sinonímia até então estudada teve quase sempre sua definição restrita a nível de palavras, onde encontraremos, como exemplos, listas de palavras sinonímicas. Os dicionários de sinônimos se apóiam em uma interpretação lexicológica tradicional do fenômeno semântico da sinonímia, levam a efeito a idéia de que os sinônimos são palavras permutáveis e concebem, geralmente, a sinonímia como equivalência das leituras do dicionário.

Segundo Bechara (1969:423), a sinonímia "é o fato de haver mais de um vocábulo com a mesma ou quase a mesma significação: casa, lar, morada, residência, mansão". Segue ele com

o seguinte comentário: "Um exame detido nos mostrará que a identidade dos sinônimos é muito relativa; no uso (quer literário, quer popular) eles assumem sentidos "ocasionais" que no contexto, um não pode ser empregado pelo outro sem que se quebre um pouco o matiz da expressão. Uma série sinonímica apresenta-se-nos com pequenas gradações semânticas quanto a diversos domínios; o sentido abstrato ou concreto, o valor literário ou popular (fenecer, morrer); a maior ou menor intensidade de significação (chamar/clamar/bradar/berrar); o aspecto cultural (escutar/auscultar) e tantos outros".

Rocha Lima (1976:449) afirma que "melhor do que falarmos em sinônimos será pois falarmos em séries sinonímicas, isto é, grupos de palavras que têm uma significação geral comum, mas se distinguem por leves idéias particulares e se empregam em situações diferentes. Comparem-se, por exemplo, as palavras cara, rosto, face, fisionomia. Todas significam a parte anterior da cabeça. Todavia não usaríamos indistintamente umas pelas outras (...)"

No dicionário de Linguagem de Tenório de Albuquerque (1968: 785), encontramos a definição de sinonímia nos mesmos moldes já apresentados "Igualdade ou semelhança de significação entre duas ou mais palavras".

Francisco da Silva Borba (1976:110) define sinonímia como "a possibilidade de dois lexemas ocorrerem nos mesmos contextos sem mudança de sentido cognitivo. Assim só serão sinônimos nestes contextos"; acrescentando que "a sinonímia é uma consequência da distribuição coincidente".

No dicionário de Linguística e Gramática de Mattoso Câmara Jr. (1986:222), a sinonímia é definida como "Propriedade de

dois ou mais termos poderem ser empregados um pelo outro sem prejuízo do que se pretende comunicar" e afirma ainda que a sinonímia "aparece em todos os planos das formas lingüísticas, embora a denominação que nos vêm dos gregos, tenha apenas um pressuposto um "conjunto" (grego syn) de "nomes" isto é, "palavra" (grego ónyma)". O autor ainda coloca que podemos encontrar sinonímia em "a) formas mínimas (semantemas afixos), b) palavras, c) vocábulos gramaticais, d) locuções, c) frases", e que a sinonímia é um fato essencialmente sincrônico, que diz respeito "a significação dos termos num estado lingüístico dado".

Lyons (1979:430) comenta que, segundo a gramática tradicional, a palavra é o resultado da combinação de uma forma específica com um significado específico e baseados nesta concepção da natureza da palavra, podemos estabelecer a classificação semântica das palavras em função da sinonímia e da homonímia; acrescenta o autor que uma língua "ideal" seria aquela em que cada forma (palavra) possuísse apenas um significado e que cada significado pertencesse à apenas uma forma. Quando temos duas ou mais formas associadas ao mesmo significado temos a sinonímia. Lyons acrescenta que as discussões teóricas a respeito da sinonímia são relacionadas por duas hipóteses, segundo ele injustificáveis.

A primeira das hipóteses é a de que dois elementos não podem ser absolutamente sinônimos num contexto a não ser que sejam sinônimos em todos os contextos.

O autor afirma que esta hipótese está baseada na distinção entre significado cognitivo e afetivo dos quais ainda voltaremos a falar.

A segunda hipótese segundo os semanticistas, é a de que a sinonímia é uma relação de identidade estabelecida entre dois ou mais sentidos definidos independentemente.

Discordando das duas hipóteses apresentadas, Lyons diz que "duas ou mais unidades são sinônimas se as frases que resultam da substituição de uma pela outra têm o mesmo significado".

Ainda em Lyons (ibidem:478), encontramos a sinonímia definida em função da implicação recíproca ou equivalência. Assim se "uma frase F_1 , implica outra frase F_2 , e se ocorre também o inverso, F_1 e F_2 são equivalentes, isto é, se $F_1 \supset F_2$ e se $F_2 \supset F_1$, então $F_1 \equiv F_2$ (em que significa "é equivalente") (...) se F_1 e F_2 implicam o mesmo conjunto de frases, então elas são equivalentes uma à outra". Fazendo uma observação final sobre sinonímia, Lyons coloca que "mais do que qualquer outra relação de sentido é a sinonímia dependente do contexto, e de uma maneira interessante do ponto de vista teórico". Isto quer dizer que todos os exemplos de sinonímia poderiam ser eliminados do vocabulário sem que ficasse afetado o sentido dos exemplos remanescentes, onde o vocabulário, segundo o autor "empobrecido" ofereceria oportunidades menores para a variedade estilística.

Em Dubois et alii (1975:555), encontramos a definição de sinonímia em duas acepções diferentes: "ou dois termos são ditos sinônimos quando têm a possibilidade de se substituírem um ao outro num único enunciado isolado (...) ou os dois termos são ditos sinônimos (sinonímia absoluta) quando são intercambiáveis em todos os contextos, e, então não existem verdadeiros sinônimos (...)". Além disso, acrescenta "(...) é mais

em termos de graus que se pode falar em sinonímia, ela tornar-se-á, assum, simplesmente a tendência das unidades do léxico de terem o mesmo significado e de serem substituíveis umas pelas outras. A sinonímia pode então, ser completa ou não, total ou não".

Para definir sinonímia completa, o autor explica o senso cognitivo e o senso afetivo¹¹, ou seja, por um lado o entendimento, o sentido denotativo, e por outro a imaginação e as emoções que são associações afetivas que se agregam ao sentido denotativo, dando-lhe outra conotação, como no exemplo do próprio autor:

"- pedir três pães (denotativo cognitivo)

- ganhar o pão de cada dia (afetivo)".

onde teríamos então a sinonímia incompleta.

A sinonímia seria então completa quando equivalessem o sentido afetivo e o sentido cognitivo.

Tal como Lyons, Dubois também define sinonímia pela equivalência das frases, onde explica "se tivermos duas frases F_1 e F_2 que difiram somente pelo fato de F_1 ter uma unidade X e F_2 uma unidade Y onde F_1 tem uma unidade X, e se $F_1 \supset F_2$ e $F_2 \supset F_1$ (implicação dupla) poder-se-á dizer que X e Y são sinônimas.

Na definição de sinônimo o autor nos diz que são palavras com o mesmo sentido ou sentido aproximado e com formas diferentes, sendo uma "definição 'latu sensu' de sinonímia".

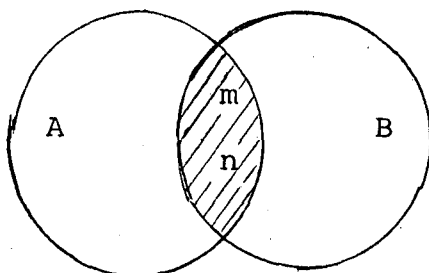
Finaliza comentando que na teoria semântica moderna duas unidades "não são sinônimas a não ser que tenham o mesmo sen-

¹¹Já citados em Lyons como sentido cognitivo e afetivo.

tido estrutural definido por meio de uma análise rigorosa".

Mariana Tutescu (1975) chama sinonímia a relação que une duas ou mais significações de quaisquer lexemas, quando um mesmo semema define o emprego deles. Se A e B são dois signos m e n os dois sememas que definem respectivamente seus sentidos A_m e B_n , haverá sinonímia quando m e n são idênticos e pertencem a interseção destes dois signos lingüísticos.

Assim a sinonímia entre os sentidos dos lexemas "somet" (pico) e "cime" (cimo) é devida à presença do semema comum / a parte mais elevada de uma árvore, de uma montanha, /. Desta forma, a sinonímia entre os sentidos dos lexemas olhar e ver é devida à presença do semema comum / ingerir algo /. Graficamente poderíamos representar assim:



Mariana Tutescu indica também um outro tipo de sinonímia: a sinonímia lógica, "que recobre a sinonímia parafrástica e a sinonímia sintática". A primeira é exemplificada pelas definições lexicográficas:

"cego = aquele que não vê; ceifadeira = máquina que ceifa o trigo; parlatório = lugar onde se fala".

E a sinonímia sintática é ilustrada por enunciados sinônimos. É formada por enunciados que têm a mesma estrutura profunda, sendo suas realizações superficiais diferentes.

Exemplos:

101(a) Vejo este quadro \equiv (b) Eu o vejo.

102(a) O diretor falou em demitêr-me ≡

(b) O diretor falou na minha demissão.

Mas após toda esta exposição podemos perguntar: O que é sinonímia?

Hilari e Geraldí em seu livro "Semântica" (1985:43) afirmam que "essa pergunta vem intrigando os estudiosos há séculos; há uma resposta apenas aparentemente simples, segundo a qual sinonímia é a identidade de significação".

Para os referidos autores, essa resposta convive com um grande número de ressalvas, das quais citam cinco:

"a) Para que duas palavras sejam sinônimas, não basta que tenham a mesma extensão".

Exemplo: Assim, mesmo que "as moças mais bonitas do meu bairro, fossem por acaso, as filhas do gerente do Banco do Brasil" estas duas expressões não seriam sinônimas mesmo referindo-se às mesmas coisas. Sob o ponto de vista referencial, duas expressões são idênticas, têm a mesma extensão, denotam os mesmos objetos, mas têm sentidos diferentes e além da identidade de extensão a sinonímia é a identidade de sentido.

"b) Para que duas palavras sejam sinônimas é preciso que façam, em todos os seus empregos, a mesma contribuição ao sentido da frase".

Isto significa que duas frases possuem o mesmo sentido se se referirem ao mesmo conjunto de fatos, serão então ambas verdadeiras ou ambas falsas.

"c) Duas palavras são sinônimas sempre que podem ser substituídas no contexto de qualquer frase sem que a frase passe de falsa a verdadeira, ou vice-versa (...)".

CARECA

(103) Todo CALVO sonha descer uma ladeira de bicicleta com os cabelos soltos ao vento.

"d) A sinonímia de palavras depende do contexto em que são empregadas".

Segundo os autores, não podemos pensar na sinonímia de palavras fora do contexto em que foram empregadas pois "a sinonímia é um fenômeno gradual, e os diferentes contextos são mais ou menos exigentes quanto ao princípio (c)

(104) "Ela é o tipo de garota enxuta.

(105) Ela é o tipo de garota seca"

"e) Palavras presumivelmente sinônimas sofrem sempre algum tipo de especialização de sentido ou de uso".

Esta ressalva diz respeito à preocupação que o locutor/escritor tem de evocar ou respeitar um nível de fala, escolhendo entre expressões sinônimas, presumivelmente equivalentes, a que mais se encaixa no seu enunciado.

Hilarie Geraldí (ibidem, 1985), ao falarem sobre sinonímia estrutural, afirmam que pela dificuldade de se encontrar uma definição de sinonímia que seja satisfatória "muitos autores, ao falar de paráfrase preferiram propor exemplos como:

106(a) "É difícil encontrar este livro.

(b) Este livro é difícil de encontrar".

Exemplos estes de paráfrase, com fundamento estrutural, pois segundo os autores a sinonímia estrutural sofre dos mesmos problemas da sinonímia lexical. Assim como no caso da sinonímia lexical "a escolha entre duas frases sinônimas por razões estruturais nunca é completamente inocente" pois, por exemplo, ao passar da voz ativa para a passiva, fica assim modificado os papéis dos participantes em relação ao tema e ao

rema".

Vimos que todos os autores, de uma forma ou de outra, são unânimes em considerar a sinonímia dependente do contexto "mais do que qualquer outra relação de sentido é a sinonímia dependente do contexto" (Lyons, 1979:480).

Alguns consideram apenas a sinonímia a nível lexical enquanto outros já fazem alguma alusão a nível oracional como Lyons e Dubois, que exemplificam a sinonímia em termos de equivalência de frases ou seja "se uma frase F_1 implica uma outra frase F_2 e se ocorre também o inverso, F_1 e F_2 são equivalentes, isto é, se $F_1 \supset F_2$ e se $F_2 \supset F_1$, então $F_1 \equiv F_2$.

Mattoso Câmara (1977:222) afirma que podemos encontrar sinonímia em semantemas, afixos, palavras; vocábulos gramaticais, locuções e frases.

Hilari e Geraldí (1985:43-9) tratam em sua obra da sinonímia lexical, da sinonímia estrutural e paráfrase. Por sinonímia entendem eles como sendo "a identidade de sentido que os locutores reconhecem entre duas palavras ou entre duas construções (orações transitivas na voz ativa e as passivas correspondentes).

Por paráfrase afirmam ser "a equivalência de sentido, que os locutores estabelecem entre orações diferentes". Pensamos que nestes contextos as expressões identidade de sentido e equivalência de sentido sejam sinônimas, e, sendo assim, podemos dizer que a sinonímia é mais abrangente, pois divide-se em lexical e *oracional* enquanto que a paráfrase (como o próprio nome já nos diz) se restringe ao nível oracional.

Podemos, sintaticamente, proceder à análise das sentenças de uma língua em termos de um conjunto finito de regras

que caracterizam um número infinito de sentenças tal como propôs Chomsky. A nível semântico, do significado de palavras isto também é possível, pois "todas as linguagens contêm um conjunto finito de palavras cujos significados podem, portanto, ser dados numa lista finita (Kempson, 1980:16)". Mas quanto ao significado de sentenças, esbarramos com o problema da "natureza não finita da linguagem natural" (ibidem:16). Segundo a referida autora, se tivermos que explicar a relação de significado de sentenças, devemos fazer também por meio de um conjunto finito de regras, que possa explicar os casos de sinonímia, acarretamento, ambigüidade, etc.

Kempson afirma que uma teoria semântica para ser considerada adequada deve "(i) apreender, para qualquer linguagem, a natureza do significado de palavras e de setenças, e explicar a natureza da relação entre eles; (ii) ser capaz de prever as ambigüidades nas formas de uma linguagem, sejam em palavras ou em setenças; (iii) caracterizar e explicar as relações sistemáticas entre palavras e entre sentenças de uma linguagem, isto é, deve proporcionar uma explicação explícita das relações de sinonímia, inclusão lógica, acarretamento, contradição etc" (ibidem:16).

Escolhemos trabalhar com a Gramática de Casos por considerarmos um modelo adequado para a explicação de uma dessas relações expostas pela autora: a *sinonímia*, que será tratada na segunda parte deste capítulo a nível de orações, a qual denominaremos sinonímia oracional, pois trabalharemos com a sinonímia de orações transitivas.

Tais orações serão analisadas sob o nível semântico oracional e lexical, sintático, morfológico e fonológico, com maior ên

fase ao nível semântico oracional sob a luz do modelo oracional relacional da Gramática de Casos que serviu de sustentação teórica para o nosso trabalho por razões já citadas.

3.2.1. Sinonímia Oracional

Após o levantamento sobre sinonímia, procederemos à análise de orações extraídas do discurso jornalístico, objetivando realizar um estudo que seja uma contribuição ao problema da sinonímia oracional.

O primeiro par de orações a ser analisado é:

(107) Presidente empossa não-comunistas e renuncia.

(108) Gustav Husak, última linha dura do governo tcheco, demite-se depois de dar posse a um gabinete com maioria não-comunista.

Orações que foram extraídas de um artigo escrito pelo mesmo autor, do Jornal da Tarde de 11.12.89, página 3. O artigo em questão fala da queda do governo comunista da Tchecoslováquia e da eleição e posse de políticos não-comunistas naquele país.

As orações acima serão analisadas do ponto de vista sintático e semântico. Primeiramente, procederemos a uma descrição sintática das orações em questão.

Em termos configuracionais, da oração (107)

(107) Presidente empossa não-comunistas (...)

constam dois SN_s , onde o SN_1 Presidente é o sujeito da oração, o verbo empossa é transitivo direto e o SN_2 não-comunistas é o objeto direto do verbo empossar.

Com relação a oração (108), temos a seguinte descrição sintática:

(108) Gustav Husak (...) demite-se depois de dar posse a um gabinete com maioria não-comunista.

o SN₁ - Gustav Husak é o sujeito da oração, o verbo dar é um verbo bitransitivo, ou seja, admite dois SN_s como complemento, sendo um objeto direto e outro objeto indireto, representados nesta oração, por posse e gabinete (...) respectivamente.

Entre (107) e (108) podemos constatar certas diferenças estruturais, como:

(107) sujeito + verbo + objeto direto.

(108) sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto.

Em suma, a oração (107) compõe-se de um SN sujeito, verbo e SN - objeto direto e a oração (108) de um SN - sujeito, um verbo, de um SN - objeto direto e um SN - objeto indireto.

No que diz respeito exclusivamente à oração (107), se utilizarmos uma paráfrase do verbo empossar (= dar posse), o significado da oração parece ficar inalterado. Senão vejamos :

(107) Presidente empossa não-comunistas.

107(a) Presidente dá posse a não-comunistas.

Fica alterada, no entanto, a descrição estrutural de 107(a):

sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto

onde o verbo empossar (transitivo direto) dá lugar ao verbo dar (transitivo direto e indireto), tendo posse como objeto di

reto, acarretando o acréscimo da preposição a, transformando, assim, o SN não-comunistas, antes objeto direto, em objeto indireto requerido pelo verbo dar.

O mesmo acontece com a troca dos verbos em (108), agora em sentido inverso, isto é, de forma sintética 108(a). Compararemos (108) e 108(a)

(108) Gustav Husak (...) demite-se depois de dar
posse a um gabinete (...)

108(a) Gustav Husak demite-se depois de empossar \emptyset
um gabinete (...)

onde estaríamos, na troca entre dar posse e empossar, substituindo um verbo transitivo direto e indireto por um verbo transitivo direto, ocorrendo, conseqüentemente, a queda da preposição a.

Parece não haver alteração no sentido das orações, embora haja aparentemente a queda do objeto direto posse, presente em 108(a), que acreditamos estar incorporado à estrutura vocabular do verbo empossar, fenômeno este que será discutido mais adiante. No entanto, ocorrem, sem dúvida, alterações de ordem estrutural, como vimos acima.

Portanto, essas diferenças estruturais podem nos levar a pensar, num primeiro momento que se tratam de orações com significados também diferentes.

As alterações estruturais descritas acima não nos parecem suficientes e conclusivas e, por este motivo, procederemos a uma análise semântica das orações em questão.

A oração (107), do ponto de vista semântico-oracional:

(107) Presidente empossa não-comunistas,
 A O-lex B

exige um A (agente) Presidente - que é o caso que expressa ação, um B (beneficiário) não-comunistas - que é o elemento que se beneficia da ação em questão, e um O (objeto) posse, que se encontra lexicalizado, ou seja incorporado ao verbo empossar.

Da mesma forma, a oração (108) exige os mesmos casos A, B, O, embora o O não esteja lexicalizado em (108):

 A
 (108) Gustav Husak (...) demite-se depois de dar
 O B
 posse a um gabinete.

Caso realizemos a troca dos verbos entre as orações, como procedemos na análise sintática, teremos:

(107) Presidente empossa não-comunistas.
 A O-lex (posse) B

107 (a) Presidente dá posse a não-comunistas.
 A O B

 A
 (108) Gustav Husak (...) demite-se depois de dar
 O B
 posse a um gabinete.

 A
 108(a) Gustav Husak (...) demite-se depois de em-
 O-lex (posse) B
 possar um gabinete.

Como vemos, ao contrário da análise sintática, que apresentou diferenças estruturais entre as orações e a troca dos verbos, há, na análise semântica, uma regularidade na descrição semântica das orações, em termos de esquemas casuais. Independentemente das descrições sintáticas diferentes, as orações apresentam um mesmo esquema casual.

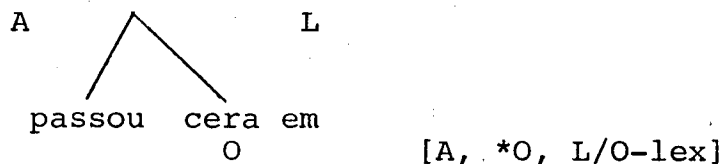
A, B, O (107(a), 108)

A, B, O*/**lexicalizado* (107, 108(a))

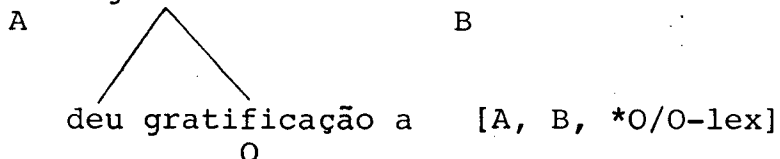
Os casos lexicalizados fazem parte da teoria dos "Casos totalmente não-manifestos" de Fillmore (1970:119) e são casos que estão dentro do significado do verbo e normalmente não aparecem na estrutura superficial (ES), encontram-se *incorporados* ao significado verbal.

Vejamos alguns exemplos:

(109) Ana encerou o carro.



(110) O chefe gratificou o secretário.



os verbos encerar traz o caso O - cerca - dentro de seu significado assim como no verbo gratificar traz o O - gratificação em seu significado. O caso que mais encontramos lexicalizado é o O - objeto - porém outros casos podem encontrar-se lexicalizados (cf. 2.2).

Retomando as orações (107) e (108) podemos observar, a nível lexical, a existência de uma identidade morfológica e fonológica entre os itens empossar/posse; identidade fonológica porque os fonemas de ambos representam diretamente os morfofonemas que constituem os morfemas, embora do ponto de vista fonológico latu sensu não haja identidade prosódica, e identidade morfológica porque ambas têm a mesma raiz:

"Chama-se raiz, o elemento irredutível e comum a todas as palavras duma mesma família".
(Macambira, 1982)

em + poss + ar

∅ + poss + e

Além disso, excetuadas as diferentes categorias gramaticais a que pertencem os itens acima - empossar (verbo) e posse (substantivo), podemos observar que os traços semânticos (ou semas - "unidade mínima da significação, não susceptível da realização independente (...)") - (Dubois et alii, 1986: 526) que compõem tais itens lexicais são substancialmente semelhantes.

O traço semântico:

[+ investidura em cargo público ou posto honorífico.]

(Ferreira, 1986:1372).

é comum a ambos os itens em questão, isto é, da descrição semântico-lexical de empossar deve constar obrigatoriamente o traço.

[+ investidura em cargo público ou posto honorífico.]

e da descrição semântico-lexical ou referencial do item lexical posse deve compulsoriamente constar o traço:

[+ investidura em cargo público ou posto honorífico.]

Esta constatação, a nível semântico-lexical, aponta para a necessidade de um aprimoramento da teoria da lexicalização, que, a nosso ver, descreve o problema da sinonímia, mas não o explica.

Em suma, na análise sintática das orações (107) e (108), vimos, por um lado que, entre as orações em questão, há diferenças estruturais que podem, à primeira vista, nos levar a pensar que se tratam de orações não-sinônimas.

Por outro lado, no entanto, (1) a análise semântico-oracional revela uma regularidade semântica no que diz respeito às duas orações e (2) a análise semântico-lexical revela uma identidade de traços (semas) entre posse/empossar.

Além disso, a nível morfológico e fonológico também pode-se observar uma conseqüente semelhança entre os dois itens lexicais em questão (empossar/posse).

Portanto, a combinação de argumentos (1) semântico-oracionais, (2) semântico-lexicais, (3) morfológicos e (4) fonológicos, nos levam a especular que as orações (107) e 107(a), (108) e 108(a), respectivamente, apresentam substancialmente o mesmo significado, isto é, são sinônimas, a despeito de argumentos sintáticos configuracionais que sinalizam o contrário.

Procederemos, a seguir, a análise de outros pares de orações para verificar a possível regularidade dos argumentos acima apresentados, assim como as possíveis condições para a realização da lexicalização.

As seguintes orações a serem analisadas, (111) e (112), foram retiradas de um texto da Folha de São Paulo do dia 24.11.89, páginas 01 e B.3., respectivamente, e tratam de um dos inúmeros fatos registrados durante o momento político das eleições de novembro de 1989 para a Presidência da República. É importante salientar que as orações abaixo foram retiradas de uma mesma reportagem escrita pelo mesmo autor.

São elas:

(111) "A bancada do P.S.D.B. no Congresso decidiu "ratificar" a posição da Executiva, que na terça-feira abriu negociações para acordo com P.T. A bancada condicionou o apoio a concessões que o P.T. deve fazer em seu programa. Um documento interno do P.S.D.B. faz duras críticas ao P.T."

(112) O P.S.D.B. critica a democracia popular do P.T.

Do ponto de vista sintático, em

(111) Um documento interno do P.S.D.B. faz duras críticas ao P.T.

temos três SNs, sendo o primeiro o sujeito - Um documento interno do P.S.D.B. -; o segundo SN, duras críticas, o objeto direto do verbo faz e o terceiro SN, ao P.T., o objeto indireto do mesmo verbo.

A oração (111) fica assim representada

Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto.

Na oração (112):

O P.S.D.B. critica a democracia popular do P.T.

temos dois SNs, um sujeito e outro objeto direto - O P.S.D.B. e a democracia popular do P.T., respectivamente, ou seja:

Sujeito + verbo + objeto direto.

Caso troquemos os verbos de (111) e (112), teremos certas diferenças estruturais como podemos observar:

(111) Um documento interno do P.S.D.B. faz duras críticas ao P.T.

111 (a) Um documento interno do P.S.D.B. critica duramente o P.T.

A representação estrutural de (111) que era

Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto

passaria em 111(a) para:

Sujeito + verbo + objeto direto.

Além disso, em (111), temos, no objeto direto, o adjetivo duras modificando o nome críticas. Com a troca dos verbos fazer/criticar, este adjetivo, que modifica o nome, é rejeitado pelo verbo criticar em 111(a). Vejamos:

111 (a) ? Um documento interno do P.S.D.B. critica duras o P.T.

Com a rejeição do adjetivo duras, o verbo criticar pede então o advérbio duramente que vai modificá-lo.

111(a) Um documento interno do P.S.D.B. critica duramente o P.T.

Tais modificações ficam assim representadas:

(111) sujeito + verbo + (adjetivo) objeto direto + objeto indireto.

111 (a) sujeito + verbo + (advérbio modo) + objeto direto.

Podemos ainda observar em 111 (a) que o complemento ao P.T., objeto indireto em (111), passa para o P.T. - objeto direto em 111(a) com a queda da preposição ao.

Algumas mudanças também ocorrem em (112) se efetuarmos a troca dos verbos - criticar/fazer.

Vejam os:

(112) O P.S.D.B. critica a democracia popular do P.T.

112 (a) O P.S.D.B. faz críticas à democracia popular do P.T.

Em (112) temos:

Sujeito + verbo + objeto direto

e em 112 (a) a representação estrutural seria alterada em relação a (112) para

Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto.

Esta alteração transformaria o verbo criticar (109) em um objeto direto críticas 112 (a) - e o objeto direto - a democracia - em objeto indireto - à democracia - com a adição da preposição a ao artigo a, gerando a contração à.

Passando à análise do nível semântico, podemos constatar que as orações (111) e (112) têm o mesmo esquema casual

[A, B, O]

ou seja, um agente, um beneficiário e um objeto.

Mais especificamente em (112), o O - objeto - encontra-se lexicalizado:

A, B, *O/O-lex.

Da mesma forma, que em (107) e (108), há entre as orações (111) e (112) uma regularidade semântica, ou seja, as orações apresentam esquemas casuais idênticos, mesmo que realizemos a troca entre fazer críticas/criticar. Senão, vejamos:

(111) Um documento interno do P.S.D.B. faz duras
A

duras críticas ao P.T.

O B [A, B, O]

111 (a) Um documento interno critica duramente
A O/lex. B

o P.T. [A, B, *O/O-lex]

(112) O P.S.D.B. critica a democracia popular do
A *O/lex. B

P.T. [A, B, *O/O-lex]

112 (a) O P.S.D.B. faz críticas a democracia
A O

popular do P.T. [A, B, O]
B

Apesar de pertencerem a categorias gramaticais diferentes crítica/criticar (substantivo e verbo respectivamente), podemos constatar que há entre estes pares, sema ou traço semântico semelhantes.

Vejamos:

[+ censura]

(Ferreira, 1986:501).

Além disso, a nível fonológico há uma identidade pois os fonemas de ambos representam diretamente os morfofonemas que formam os morfemas, e uma identidade morfológica porque ambos têm a mesma raiz.

c r í t i c / a

c r i t i c / a r

Portanto, podemos concluir que os argumentos semântico-oracionais, semântico-lexicais, morfológico e fonológico levam-nos a detectar a sinonímia, a nível oracional, entre (111) e 111(a) e (112) e 112(a), respectivamente.

Procederemos a seguir à análise das orações (113) e (114) que foram extraídas de um mesmo texto de um só autor, retirado da Folha de São Paulo de 26.11.89, página B 11 - que trata do apoio da classe artística aos candidatos à Presidência da República, no segundo turno eleitoral. O texto diz o seguinte:

"A polarização entre os candidatos Collor de Melo (P.R.N.) e Lula (P.T.) no segundo turno tem obrigado alguns artistas a redefinirem seu apoio. É o caso de Otávio Augusto (que atua na novela "Tieta") e do diretor Aderbal Júnior que apoiaram o candidato do P.C.B., Roberto Freire e de Guilherme Karan, da "T.V. Pirata", (...) que participou do programa eleitoral gratuito de Leonel Brizola (P.D.T.). Em reunião realizada na última sexta-feira no Teatro Ipanema (zona sul do Rio), um grupo de artistas músicos e diretores decidiram dar seu apoio a Lula (...)"

Analisando sintaticamente tais orações, teremos em

(113) (...) Otávio Augusto (...) e do diretor Aderbal Júnior que apoiaram o candidato (...)

a seguinte descrição estrutural a nível de oração simples:

Sujeito + verbo + objeto direto

onde os dois SNS - Otávio Augusto e o diretor Aderbal Júnior e o candidato são sujeito e objeto direto respectivamente.

Em

(114) (...) um grupo de artistas, músicos e diretores decidiu dar seu apoio a Lula (...)

temos três SNS - um grupo de artistas, músicos e diretores - representando o SN - sujeito, o SN - objeto direto - seu apoio; e o SN - objeto indireto - a Lula, ficando (114) assim representada:

Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto.

Podemos observar, na oração (113), a ausência do objeto indireto, presente em (114):

(113) Sujeito + verbo + objeto direto

(114) Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto.

Realizando uma troca entre os verbos das orações (113) e (114) apoiar/dar apoio, teríamos a estrutura modificada como podemos observar:

(113) (...) de Otávio Augusto (...) e do diretor Aderbal Júnior que apoiaram ao candidato.

113 (a) (...) de Otávio Augusto (...) e do diretor Aderbal Júnior que deram apoio ao candidato.

Em (113) a estrutura como já vimos:

Sujeito + verbo + objeto direto

sofreria, em 113(a), duas modificações básicas:

Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto

onde a primeira modificação seria o acréscimo de um objeto direto - apoio - e, a segunda, o acréscimo da preposição a ao objeto direto de (113) transformando-o em objeto indireto em 113(a) - ao candidato.

Da mesma forma, em (114) se trocarmos os verbos dar apoio/apoiar, veríamos alterada a sua estrutura sintática.

Senão vejamos:

(114) Um grupo de artistas, músicos e diretores decidiu dar seu apoio a Lula.

114 (a) Um grupo de artistas, músicos e diretores apoiará Lula.

As diferenças estruturais entre (114) e 114(a) estão na complementação, pois, enquanto (114) possui dois complementos, um objeto direto - seu apoio -, é um objeto indireto - a Lula -, caracterizando assim, o verbo como bitransitivo, em 114(a) temos apenas um complemento objeto direto - Lula -.

Com a troca entre dar apoio/apoiar, o objeto indireto de (114) perde sua preposição, transformando-se em objeto direto em 114(a).

Passando a analisar semanticamente as orações (113) e (114), observamos que ambas apresentam esquemas casuais idênticos:

(113) A, B, *O/O-lex.

(114) A, B, O.

Os mesmos esquemas ocorrem em:

113 (a) A, B, O e

114 (a) A, B, *O/O-lex.

Assim, como nas orações anteriores, podemos verificar uma regularidade semântica entre as orações a despeito das diferenças estruturais apontadas.

Averiguando os traços semânticos ou semas, encontramos identidade entre o par apoiar/apoio.

[+ sustentáculo]

(Ferreira, 1986:144)

(Morais et alii, 1956:48).

A nível morfológico, há a identidade na raiz da estrutura vocabular de apoio/apoiar:

a p o i / o

a p o i / a r

assim como também há tal identidade a nível fonológico pois os fonemas de ambos representam os morf fonemas que constituem os morfemas.

Portanto, podemos concluir que as orações (113) e 113(a) são substancialmente sinônimas o mesmo acontecendo com as orações (114) e 114(a).

O próximo par de orações (115) e (116) que foram retiradas da Folha de São Paulo do dia 06.12.89, página A-5, de um mesmo artigo, que trata da viagem do ex-presidente Jânio Quadros ao exterior, para não prestar depoimentos perante a Câmara Municipal de São Paulo:

(115) "Jânio viaja aos EUA sem prestar seu depoimento na Câmara de S.P.

(116) No mesmo dia em que o Superior Tribunal da Justiça (S.T.J.) cassou as duas liminares para que Jânio Quadros não fosse obrigado a depor na Câmara Municipal de São Paulo, o ex-presidente viajou ao exterior.

Sintaticamente a oração (115) tem a seguinte descrição:

Sujeito + verbo + objeto direto + S. prep.

o verbo transitivo direto prestar com seu objeto direto - seu depoimento - na Câmara de S.P. - é o sintagma preposicional.

Em (116), temos:

Sujeito + verbo intransitivo + s. prep.

ou seja, um SN sujeito, um verbo intransitivo e um sintagma preposicional.

A principal diferença entre as orações (115) e (116) está no fato de que, em (115) o verbo prestar é transitivo direto, exigindo pois, um complemento objeto direto, enquanto que em (116) o verbo é intransitivo, portanto, não exigindo objeto.

Em comum, têm o Sintagma Preposicional (na Câmara Municipal de São Paulo).

Realizando a mudança dos verbos prestar (seu depoimento)/depor, nas orações em questão, constatamos também mudanças em suas estruturas.

Na oração (115), podemos trocar o verbo prestar com seu objeto direto pelo verbo depor e teremos a oração 112(a):

115 (a) Jânio viaja aos E.U.A. sem depor na
Câmara de S.P.

onde a estrutura sintática fica visivelmente alterada.

Sujeito + verbo intransitivo + S. prep.

O mesmo acontecendo com (116), caso troquemos o verbo depor pelo verbo prestar (depoimento):

116 (a) (...) Jânio Quadros (...) não fosse obrigado a prestar seu depoimento na Câmara de São Paulo.

As alterações em 116(a) incluem a presença do objeto direto depoimento, que aqui, nesta oração, passa a admitir o pronome possessivo seu, ausente em (116), visto que o pronome possessivo é incompatível com o verbo intransitivo, porquanto o pronome não encontra um objeto que possa modificar. Enquanto em (116) temos um verbo intransitivo, em 116(a) temos um verbo transitivo direto com seu respectivo comple-

mento - depoimento - e junto com um pronome possessivo - seu - que o modifica.

Semanticamente as orações (115) e (116) apresentam esquema casual idêntico:

(115) A, *E, O/E - apagado (= a comissão de inquérito da Câmara)

(116) A, *E, *O/E - apagado; O-lex.

bem como as relacionadas com elas 112(a) e 113(a)

115(a) A, *E, *O/E - apagado; O-lex.

116(a) A, *E, O/E - apagado.

Constatamos assim, mais uma vez, a regularidade semântica entre as orações.

A nível fonológico, não existe entre depor/depoimento, uma identidade pois os itens em questão compõem-se de duas variantes alomórficas (po/poi) de um morfema. Não existe também identidade fonológica latu sensu, porque não existe identidade prosódica; por outro lado, existe identidade morfológica entre os dois itens, pois a raiz é a mesma.

d e p o / r

d e p o / i m e n t o

A nível semântico-lexical, podemos constatar traços semânticos semelhantes entre depor e depoimento, embora pertençam tais vocábulos a categorias gramaticais diferentes - verbo e substantivo respectivamente.

Em depor, temos o traço

[+ testemunho]

e em depoimento

[+ testemunho]

(Ferreira, 1986:537).

Logo, após constatações a nível semântico-lexical, semântico-relacional, morfológico e fonológico, podemos concluir pela sinonímia de (115) e 115(a), e das orações (116) e 116(a) respectivamente.

Das orações que analisaremos a seguir, a oração (117) foi retirada da Folha de São Paulo do dia 28.10.89, página 01, fazendo um comentário sobre a opinião de Gilberto Dimenstein a respeito da possibilidade de um "choque" na economia no momento que antecede a uma eleição para Presidência da República. A oração (118) foi retirada também da Folha de São Paulo do dia 21.11.89, página A-4 e trata de uma conversa entre o então presidenciável Fernando Collor e seu irmão Leopoldo.

(117) "Todos vão gargalhar; ninguém vai cumprir nada".

(118) "Nove dias antes do primeiro turno, Collor deu ^O uma gargalhada quando seu irmão Leopoldo disse que era possível chegar em primeiro em São Paulo."

Descrevendo sintaticamente as orações acima, temos em (117)

(117) Todos vão gargalhar, (...)

um SN - sujeito - Todos e um verbo intransitivo gargalhar ficando a oração assim representada:

Sujeito + verbo.

Já em (118),

(118) (...) Collor deu uma gargalhada (...)

temos dois SNs, um sujeito - Collor - e outro objeto direto do verbo dar - uma gargalhada. Nesta oração, temos a seguinte re-

apresentação:

Sujeito + verbo + objeto direto

que difere da representação da oração (117):

Sujeito + verbo.

Procedendo à troca entre os verbos, teríamos uma mudança estrutural, ficando, no entanto, o significado inalterado.

Vejamos:

(117) Todos vão gargalhar (...)

sujeito + verbo

117(a) Todos vão dar (uma) gargalhada (...)

sujeito + verbo + objeto direto

(118) Collor deu uma gargalhada.

sujeito + verbo + objeto direto

118(a) Collor gargalhou.

sujeito + verbo.

Em 117(a), a mudança acarretou o acréscimo do objeto direto - gargalhada - ausente em (117), por estar incorporado ao verbo - gargalhar.

Em 118(a), a mudança estrutural se deu com a ausência do objeto direto, presente em (118).

Entre os pares de orações (117) e 117(a) - 118 e 118(a), mesmo constatadas as diferenças estruturais, o significado não fica alterado em sua substância.

A nível semântico, a oração (117) ficaria assim analisada

(117) Todos vão gargalhar (...)

A=E O=lex (gargalhada)

com o esquema casual

[A, *E, *O/A=E, O lex].

Da mesma forma, em (118), o esquema casual é

[A, *E, O/A=E]

(118) Collor deu uma gargalhada (...)
 A=E O

onde Collor é o agente e o experienciador simultaneamente e gargalhada o O - objeto - que se encontra lexicalizado no verbo, na oração (117).

Mais uma vez podemos constatar a regularidade semântica entre das orações em questão, a despeito das diferenças estruturais.

Entre gargalhar/gargalhada há identidade fonológica porque os fonemas de tais vocábulos representam os morfofonemas que constituem os morfemas e há identidade morfológica por que a raiz de ambos os vocábulos são idênticas:

g a r g a l h / a r
 g a r g a l h / a d a

Quanto aos traços semânticos, de gargalhar e gargalhada, também parecem coincidir:

[+ risada franca e mais ou menos ruidosa e prolongada]

(Ferreira, 1986:836).

Portanto, podemos concluir que as orações analisadas (117) e 117(a) e (118) e 118(a), respectivamente, são substancialmente sinônimas.

As orações (119) e (120) foram extraídas da Folha de São Paulo do dia 09.12.89, página A-5 de um mesmo artigo, que trata da anistia concedida pela Câmara dos Deputados aos principais participantes da manifestação contra o presidente José Sarney no Rio de Janeiro em 25.06.87:

(119) "Câmara anistia acusados de agressão a Sarney".

(120) "A Câmara dos Deputados aprovou na última quinta-feira o projeto de lei que concede anistia aos principais envolvidos na manifestação contra o presidente José Sarney, ocorrido no centro do Rio em 25 de junho de 1987".

Sintaticamente, em (119), temos dois SNs - um sujeito e outro objeto direto - representados nesta oração por - Câmara e acusados (...) respectivamente.

Assim a oração (119) tem a seguinte estrutura sintática

(119) Sujeito + verbo + objeto direto.

Já em (120) temos um verbo bitransitivo, requerendo, dois complementos, ficando então a oração com três SNs - um SN sujeito e dois SNs - objetos, um direto representado por anistia e outro indireto representado por aos principais envolvidos, ficando a oração assim representada sintaticamente:

(120) Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto

que, em contraste com a representação estrutural da oração (119), apresenta uma diferença, a da presença de um objeto indireto, ausente em (119).

O par anistiar/concede anistia pode ser trocado um pelo outro, nas orações em questão, acarretando assim mudanças estruturais como podemos observar:

(119) Câmara anistia acusados de agressão a Sarney.

119(a) Câmara concede anistia aos acusados (...)

(119) Sujeito + verbo + objeto direto.

119 (a) Sujeito + verbo + objeto direto + objeto in
direto.

Temos o acréscimo da preposição a ao objeto direto de (119), transformando-se assim em objeto indireto de 119 (a).

Da mesma forma, mudanças também ocorrerão em (120), caso troquemos os verbos.

Vejamos:

(120) A Câmara dos Deputados (...) concede anistia
aos principais envolvidos (...).

120 (a) A Câmara dos Deputados (...) anistia prin-
cipais envolvidos (...).

(120) Sujeito + verbo + objeto direto + objeto in-
direto.

120 (a) Sujeito + verbo + objeto direto.

onde podemos observar que o objeto indireto de (120) perdeu sua preposição a, transformando-se em objeto direto de 120 (a), que não possui objeto indireto.

Passando para o nível semântico, temos como esquema casual em (119)

[A, B, *O/O-lex]

sendo o A - agente representado por Câmara, o O - objeto representado por anistia, que encontra-se lexicalizado no verbo anistiar.

Em 119 (a), encontramos o mesmo esquema casual - A, B, O -, porém o O - objeto anistia não se encontra lexicalizado.

Da mesma forma que em (119) e 119 (a), o esquema casual

repete-se também em (120) e 120(a), o que configura uma regularidade semântica na análise das orações em questão:

(120) A, B, O

120(a) A, B, *O/O-lexicalizado

Quanto ao nível morfológico, os vocábulos anistia/anistiar possuem a mesma raiz - ANIST - e a nível fonológico os fonemas de ambos representam diretamente os morfofonemas que constituem os morfemas.

Além disso, os traços semânticos ou semas

<p>+ perdão</p> <p>+ indulto coletivo</p> <p>+ desculpa</p>

(Fernandes, 1967:67)

são comuns: a ambos os vocábulos, apesar de pertencerem a categorias gramaticais diferentes: anistia - substantivo e anistiar - verbo.

Concluimos, portanto, que as orações 119 e 119(a) e (120) e 120(a), respectivamente, são substancialmente sinônimas.

As orações seguintes (118) e (119) foram retiradas do Jornal do Brasil do dia 22.11.89, página 01 e tratam de fatos relativos as eleições do segundo turno à Presidência da República. São elas:

(121) "Corrente de Sarney vai votar no P.T.

(122) "(...) A investida de Collor sobre o eleito-rado brizolista começa sexta-feira, com uma visita a São Leopoldo, no Rio Grande do Sul,

estado que deu 60% de seus votos a Brizola".

Analisando a oração (121) sintaticamente, vimos que ela é formado por um SN sujeito - Corrente de Sarney - e um SN objeto indireto - no PT - sendo neste caso o verbo votar transitivo indireto.

Em (122), temos três SN_s, um sujeito Rio Grande do Sul, outro objeto direto - 60% de seus votos e o último, a Brizola - objeto indireto.

Constatada a diferença em termos de estrutura sintática, procederemos à troca entre os verbos das orações, para verificar as possíveis alterações estruturais:

(121) Corrente de Sarney vai votar no P.T.

121(a) Corrente de Sarney dará voto ao P.T.

Com a troca entre o par votar/dar voto, à oração 121(a) foi acrescentado o objeto direto voto - e o objeto indireto de (121) teve sua preposição também alterada de no para ao. Com estas alterações damos origem a 121(a), que é transitiva direta e indireta, ou seja, bitransitiva.

Realizando a troca dos verbos em (122), daremos origem a 122(a).

(122) Rio Grande do Sul (...) deu 60% de seus votos à Brizola.

122(a) Rio Grande do Sul (...) votará 60% em Brizola.

Em (122), temos um verbo bitransitivo dar, em que voto era seu objeto direto e à Brizola o objeto indireto. O objeto direto votos admite, em (122), a presença de um quantificador 60% e um pronome possessivo (seus).

Em 122(a) com a substituição de deu votos ã/votará a oração passa a ser transitiva indireta, admitindo a presença do quantificador 60% e rejeitando em seu objeto indireto o pronome possessivo seus, presente no objeto direto de (122).

Constatadas estas diferenças sintáticas, passaremos a análise semântica de (121) e (122).

O esquema casual das orações (121) e (122) são idênticos - A, B, O -, bem como de suas paráfrases 121(a) e 122(a). Convém salientar que em (121) e 122(a) o O - objeto - voto encontra-se lexicalizado.

Quanto à estrutura vocabular a nível morfológico, o par voto/votar possui a mesma raiz - VOT - e a nível fonológico, os fonemas de ambos representam os morfofonemas que formam o morfema.

Os semas ou traços semânticos de voto/votar apresentam semelhança embora pertençam a categorias gramaticais diferentes: substantivo e verbo, respectivamente.

Os semas de voto e votar são idênticos:

<p>+ votação;</p> <p>+ maneira de expressar a opinião ou vontade num ato eleitoral ou assembléia.</p>

(Ferreira, 1986:1791)

Portanto, concluímos que as orações analisadas (121) e 121(a) assim como (122) e 122(a) são substancialmente sinônimas.

Analisadas as orações (121) e (122), passaremos à análise do par (123) e (124) que foi extraído da Folha de São Paulo,

tivo direto homenagear.

Contrastando a estrutura da oração (123) com a estrutura da oração 124(a):

(123) Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto.

124(a) Sujeito + verbo + objeto direto.

podemos observar que em (123) há a presença de um objeto indireto - a Freitas Bueno e Improta (= dois professores) que não está presente em 124(a) pois em 124(a), o objeto direto homenagem de (123), está incorporado ao verbo homenagear:

(123) Sujeito + verbo + objeto direto + obj. ind.

124(a) Sujeito + verbo + objeto direto.

Tais modificações estruturais também ocorrerão, caso troquemos o par faz homenagem/homenagear entre (123) e 124(a), dando origem a 123(a) e 124(b). Vejamos:

123(a) Faculdade de Economia (...) homenageia Freitas Bueno e Improta.

124(b) Uma distinta platéia (...) faz homenagem a dois professores.

Em 123(a) com o verbo homenagear há a queda do objeto direto de (123) homenagem, que terá seu lugar ocupado pelo objeto indireto de (123), havendo conseqüentemente a queda da preposição (a) - Freitas Bueno e Improta.

Em 124(b), há o acréscimo do objeto direto homenagem e ao objeto direto dois professores de 124(a) é acrescida a preposição a, transformando-o em objeto indireto.

Ficam as orações 123(a) e 124(b) assim representadas es-

[+ mostra de respeito e admiração]

(Houaiss, 1987:465)

A nível morfológico, encontramos a mesma raiz - HOMENAG - em homenagem e homenagear.

A nível fonológico, os fonemas que representam os morfofonemas que constituem os morfemas são idênticos.

Logo, apesar das diferenças estruturais podemos concluir pela sinonímia das orações (123) e 123(a), bem como de (124), 124(a) e 124(b).

As próximas orações (125) e (126) foram retiradas de fontes diferentes. A oração (125) é do Secretário de Segurança Pública de São Paulo Antônio Cláudio M. de Oliveira, que estava sendo entrevistado sobre a "violência no país", no programa "Canal Livre" da jornalista Sílvia Poppovic, do dia 07.05.90. A oração (126) foi extraída da Folha de São Paulo do dia 13.05.90 e fala da Câmara dos Deputados que votou projeto sem importância, esquecendo matérias de mais importância, como o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança, etc. São elas:

(125) "Nós vivemos num país que tem priorizado obras faraônicas em detrimento do social".

(126) "Congresso dá prioridade a temas sem importância".

Como descrição sintática de (125) e (126), temos:

(125) Sujeito + verbo + objeto direto.

(126) Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto.

objeto direto - prioridade - transformando assim o objeto direto de (125) em objeto indireto de 125(a) com o acréscimo da preposição a - a obras faraônicas.

Em 126(a), temos a transformação do objeto indireto - a temas sem importância, de (126), em objeto direto com a queda da preposição a.

Constatadas as diferenças a nível sintático, passaremos à análise semântica das orações.

Em (125), temos o seguinte esquema casual:

A, B, *O/O-lexicalizado

onde o A (agente) é - um país -; o B (beneficiário) é obras faraônicas - e o O (objeto) prioridade - encontra-se lexicalizado no verbo priorizar.

O mesmo esquema casual encontramos em 125(a) porém, nesta oração o O (objeto) não está lexicalizado.

A	O	B
125(a)	Num país que dá	prioridade a obras faraônicas.

O esquema casual das orações (126) e 126(a) também são idênticas, ou seja, A, B, O-:

A	O	B
(126)	Congresso dá	prioridade a temas sem importância.

A	O-lex(prioridade)	B
126(a)	Congresso prioriza	temas sem importância.

Como vimos na descrição semântica, constatamos uma regularidade em termos de esquemas casuais.

Quanto ao nível morfológico, a raiz de prioridade/priorizar é a mesma: PRIORI; e a nível fonológico os fonemas de am-

bos representam os morfofonemas que constituem os morfemas.

Os traços semânticos de priorizar e prioridade são idênticos:

<p>+ qualidade do que está em primeiro lugar</p> <p>+ primazia</p> <p>+ preferência</p>

As próximas orações foram retiradas de artigos diferentes de um mesmo jornal - Diário Catarinense do dia 29 de março de 1990.

A oração (127) fala da advertência feita pelo Secretário Nacional de Energia do Ministério da Infra-Estrutura a região Sul para que paguem sua dívida com a ELETROSUL, página 17.

A oração (128) trata da advertência feita pelo presidente da CEF para que os mutuários que não fazem uso do imóvel financiado quitem seu saldo devedor antecipadamente (página 20).

(127) Secretário adverte concessionárias.

(128) Os mutuários da Caixa que não estiverem fazendo uso próprio do imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação serão obrigados a quitar antecipadamente o seu saldo devedor. A advertência foi feita ontem pelo presidente da CEF (...)

Analisando sintaticamente a oração (127), teremos um SN - Sujeito - Secretário, um verbo transitivo direto - adverte; e um SN objeto - concessionárias:

(127) Sujeito + verbo transitivo + objeto direto.

A oração (128) encontra-se na voz passiva com o substanti

vo advertência topicalizado:

(128) A advertência foi feita (...) pelo presidente da CEF (aos mutuários).

onde temos um SN - Sujeito - A advertência - e um SN agente da passiva - pelo presidente da CEF, o verbo fazer encontra-se na voz passiva - foi feita - com um verbo auxiliar e um verbo principal no particípio passado.

Passando tal oração para a voz ativa, teremos:

128(a) O presidente da CEF fez (...) advertência (aos mutuários).

com a seguinte descrição sintática:

Um - SN - Sujeito - o presidente da CEF, um verbo - fazer - bitransitivo; um SN - objeto direto - advertência - e um SN - objeto indireto que podemos localizar no contexto de onde foi retirada a oração - aos mutuários.

Contrastando as orações 127 e 128(a), percebemos as diferenças estruturais existentes entre elas.

(127) Sujeito + verbo transitivo + objeto direto.

128(a) Sujeito + verbo bitransitivo + objeto direto + objeto indireto.

Caso troquemos o par adverte/faz advertência constataremos mudanças estruturais entre (127) e 128(a).

Vejamos:

(127) Secretário adverte concessionárias.

127(a) Secretário faz advertência a concessionárias.

onde podemos ver em 127(a), o acréscimo de um objeto indireto representado por - concessionárias - (objeto direto em (127), com

tência pois os fonemas que representam os morfofonemas que constituem os morfemas são os mesmos e a nível morfológico a raiz é comum para ambos - ADVERT - caracterizando também, uma identidade morfológica.

Os traços semânticos ou semas também parecem coincidir para advertir/advertência:

[+ aviso]
	+ observação	
	+ admoestação	

(Houaiss, 1987:34)
(D'Oliveira, 1972:83)

ficando, mais uma vez, comprovada a sinonímia entre as orações (127) e (128).

A próxima oração a ser analisada foi retirada da Folha de São Paulo do dia 28 de novembro de 1989, página 1, e fala da vitória do presidente da FOCA (Associação dos Construtores Fórmula 1), feita ao autódromo de Interlagos, que sofrera reformulações em sua pista:

(129) Ecclestone vitória Interlagos.

Nesta oração, temos um SN sujeito, um verbo transitivo e um SN objeto direto. Realizando a troca de vistoriar por fazer vitória, teríamos alterada a estrutura sintática, vejamos:

129(a) Ecclestone faz vitória em Interlagos.

onde temos um SN sujeito, um verbo, um SN objeto direto e um SN objeto indireto.

Semanticamente, as orações têm esquemas casuais idênticos A, *E, O/A=E, sendo que em (129) o O objeto encontra-se le

xicalizado.

A raiz de vistoriar/vistoria é a mesma - VISTOR.

Quanto aos traços semânticos, o traço

[± inspeção, revista]

(Houaiss, 1987:974)

é comum a ambos os vocábulos.

A oração (130) foi retirada do jornal "O Estado" do dia 29.10.89, página 2, e faz parte da resposta do então prefeito de Blumenau Vilson Kleinübing, agora candidato ao Governo do Estado, à pergunta "O senhor disputaria o Governo contra Amin em 1990?"

(130) "É muito difícil fazer prognóstico. Essa avaliação tem que ser feita em março. O prazo para desincompatibilização é de 3 de abril. Se o povo de Blumenau me der autorização, eu deixo o cargo.

Temos três SN_s em (130), SN - sujeito - o povo de Blumenau; SN - objeto direto - autorização e um SN - objeto indireto - me (a mim); o verbo dar é um verbo bitransitivo, exigindo pois, dois SN_s - objeto direto e objeto indireto (já citados).

Podemos fazer a troca de dar autorização por autorizar e teríamos 130(a):

130(a) Se o povo de Blumenau me autorizar, (...)

onde teríamos um SN - sujeito - o povo de Blumenau, um verbo transitivo indireto - autorizar; um objeto indireto - me (a mim).

Desta forma, a estrutura de 130(a) estaria modificada em

relação a oração (130). Vejamos:

(130) Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto.

130(a) Sujeito + verbo + objeto indireto.

O significado oracional, no entanto, permanece inalterado:

Semanticamente as orações (130) e 130(a) possuem o mesmo esquema casual - A, E, O - sendo que em 130(a) o O - objeto - encontra-se lexicalizado.

O traço semântico

[+ permissão]

(Houaiss, 1987:114)

é comum a autorizar/autorização.

A nível morfológico, a raiz é a mesma para ambos os vocábulos (autorizar/autorização) - AUTORIZ; e a nível fonológico também há uma identidade pois os fonemas de ambos representam os morfofonemas que constituem os morfemas.

A penúltima oração, do número (131), a ser analisada, foi retirada da Folha de São Paulo, do dia 12.12.89, página E-1, e trata do apoio que o técnico Carlos Alberto pede à torcida do São Paulo para ajudá-lo nas finais do Campeonato Brasileiro de Futebol.

(131) Carlos Alberto vibra e pede apoio de paulistas.

onde temos um SN - sujeito - Carlos Alberto; um verbo bitransitivo - pedir; um SN - objeto direto - apoio; um SN - objeto indireto - de paulistas, com a estrutura assim representada:

(131) Sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto.

Nesta oração a troca de pede apoio/apoiar não pode ser realizada, caso contrário o significado oracional ficaria comprometido. Vejamos:

131(a) Carlos Alberto apóia paulistas.

Sujeito + verbo + objeto direto

Como vemos, além da estrutura, o significado ficaria completamente alterado. Dessa forma, pedir apoio - não permite a realização da teoria da lexicalização, a não ser que o verbo fosse dar apoio (cf. análise das orações (113) e (114)) ou algum *sinônimo*.

Caso efetuássemos a troca, veríamos alterado também o esquema casual do ponto de vista semântico.

(131) Carlos Alberto pede apoio de paulistas.

A O E

131'(a) Carlos Alberto apóia paulistas.

A B

apoio -lex

O

Há uma identidade a nível morfológico e fonológico, assim como semântico lexical entre apoio e apoiar (cf. orações (113) e (114)).

Em suma, a nível sintático, todas as orações analisadas tiveram suas estruturas alteradas, porém semanticamente, a oração (131) foi a primeira que teve seu esquema casual alterado (por não permitir a lexicalização) e, conseqüentemente o significado.

Com exceção da oração (131) cremos que não podemos afirmar que existe alguma diferença substancial com relação ao significado oracional dos pares de orações analisados neste trabalho.

semântico-lexical entre o verbo de uma oração e o elemento não-lexicalizado de outra e (iii) a conseqüente semelhança a nível morfológico e/ou fonológico entre os itens lexicais mencionados em (ii), que vão determinar a possibilidade de realização da lexicalização, regra que, no entanto, terá que se submeter ao *filtro do uso* (ou processo sócio-histórico) para se concretizar.

Há casos na língua onde as condições acima ((i), (ii) e (iii)) são preenchidas, mas que, quando submetidas ao filtro do uso, adquirem novo significado, como na oração (129) retirada do Jornal da Tarde de 13.11.89, página 10 - que trata da compra e venda de dólar num momento de hiperinflação:

(132) (...) desde que escolha o momento certo para vendê-los, pode embolsar bom lucro.

onde o traço (+ locativo) de bolso/embolsar é suspenso para assumir o traço (+ benefactivo) pois, o significado de embolsar na oração acima adquire o sentido de lucrar. O mesmo verbo embolsar, em outro contexto, pode assumir o sentido de roubar.

A lexicalização ocorre mais comumente com os casos O (objeto) e L (Locativo); os verbos que ocorrem, antes da lexicalização, são na maioria das vezes, dar e fazer. No caso de empossar é dar posse; no caso de criticar e fazer crítica(s); de apoiar, dar (ou conceder) apoio; de depor, prestar (ou fazer) depoimento; de gargalhar, dar gargalhada; de anistiar, conceder (ou dar) anistia; de votar, dar voto(s); homenagear, fazer (ou prestar) homenagem; priorizar, dar prioridade; advertir, fazer advertência; vistoriar, fazer vistoria; autorizar, dar autorização. Porém, se tivéssemos o verbo entrevistar, teríamos fazer entrevista e não dar entrevista; no caso de fatiar,

teríamos cortar em fatias e não dar fatias, etc.,... Podemos, no entanto, eleger os verbos dar ou fazer e seus sinônimos como os que mais ocorrem, devendo ser especificado o verbo em questão em cada entrada lexical, visto que podem ocorrer outros verbos.

Por outro lado, do ponto de vista sintático, pode ocorrer, como vimos a lexicalização de uma variedade de SN_s (sintagmas nominais), com diversas funções sintáticas; não é somente o objeto direto ou o sintagma adverbial (ou adjunto adverbial) que podem se incorporar ao verbo, mas também adjuntos adnominais, complementos nominais, etc..., desde que preenchidas as condições arroladas acima.

Uma amostragem computadorizada de milhões de orações poderia nos oferecer mais subsídios para fazer uma análise exaustiva do problema. Fica, no entanto, como fruto deste trabalho, a sugestão de, no futuro, trabalhar com um extenso corpus computadorizado, o que, por razões óbvias, não pudemos fazê-lo.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi propor um tratamento semântico da transitividade visando examinar problemas que teorias sintáticas não têm logrado explicar, tais como sinonímia, ambigüidade, etc.

Não foi nosso objetivo questionar a validade do tratamento sintático da transitividade, porquanto este é de fundamental importância, como por exemplo, na determinação da apassivação (cf. Moura, 1988).

Como nosso objetivo era tratar do significado oracional e, dentro deste, especificamente de um tipo de sinonímia oracional, fomos em busca de um modelo semântico-oracional que pudesse explicar a relação sinonímia entre orações transitivas do tipo *Presidente empossa não-comunistas* e *Presidente dá posse a não-comunistas*, *Gustav Husak demite-se depois de empossar um gabinete (...)* e *Gustav Husak demite-se depois de dar posse a yn gabinete (...)*. Poderíamos até ter usado também argumentos sintáticos para explicar o tipo de sinonímia oracional a qual se refere Tutescu como sinonímia estrutural, relativo às orações "Vejo este quadro" e "Eu o vejo",

"O diretor falou em demitir-me" e "O diretor falou na minha demissão". Como nos propusemos a estudar um outro tipo de sinonímia oracional, achamos dentro da teoria semântica que adotamos, isto é, da Gramática de Casos, um subproduto desta, que é a teoria da lexicalização, para explicar como orações sintaticamente diferentes exibem significado substancialmente semelhante.

Dentro da Gramática de Casos, optamos por trabalhar com o modelo matricial de Cook, por ser um modelo que se propõs a reunir, segundo o autor, os melhores pontos dos modelos de Fillmore, Chafe e Anderson.

Nosso corpus constituiu-se de orações coletadas do discurso jornalístico entre 1989 e o primeiro semestre de 1990 (Jornal da Tarde (SP), Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Diário Catarinense, O Estado (SC) e Programa Canal Livre - Rede Bandeirantes de Televisão) de textos atuais e de interesse geral.

Logramos encontrar, em um mesmo texto, orações que tinham estruturas sintáticas diferentes, mas que exibiam, segundo nossa intuição, significado semelhante. Destacamos estas orações, sempre com o cuidado de mantê-las em seu contexto original e tentamos descrevê-las do ponto de vista semântico (oracional e lexical), sintático, morfológico e fonológico, com o objetivo de procurar semelhanças e diferenças entre elas. Nossa pesquisa mostrou que (i) a nível semântico-oracional, os pares de orações analisadas exibem o mesmo esquema casual, (ii) a nível semântico-lexical, o verbo de uma oração e o elemento não-lexicalizado da outra contêm o mesmo traço semântico, (iii) a nível morfológico, os dois itens mencionados em (ii), têm a mesma raiz, (iv) a nível fonológico, ambos os itens também

exibem o mesmo radical e (v) as orações em questão têm apenas descrições sintáticas diferentes.

Assim procuramos, dentro da gramática de casos, estabelecer porque estas orações exibiam significado substancialmente semelhante.

Achamos a explicação, da relação sinonímica que tentamos estabelecer entre as orações que analisamos, na teoria da lexicalização proposta por Fillmore. Através desta regra pudemos explicar como esta relação ocorre sistematicamente na língua. Do ponto de vista semântico, pode ocorrer a lexicalização normalmente dos casos O (Objeto) e L (Locativo). Do ponto de vista sintático, pode ocorrer a lexicalização do objeto direto (que, lexicalizado, pode até transformar o verbo transitivo em intransitivo, como vimos), do sintagma adverbial (ou adjunto adverbial), e de adjuntos adnominais, complementos nominais, etc.

Creemos que, dos argumentos arrolados (semântico-oracionais, semântico-lexicais, morfológicos e fonológicos) em favor da lexicalização, parece-nos que os argumentos semânticos (oracionais e lexicais) são os mais proeminentes, porque, se depararmos com uma oração com o verbo protagonizar e outra com fazer o(s) papel(is) principal(is), como em *Paulo Autran e Fernanda Montenegro protagonizam a peça* e *Paulo Autran e Fernanda Montenegro fazem os papéis principais da peça*, cremos que os argumentos morfológicos e fonológicos passam para um segundo plano. Além disso, mencionamos o *filtro do uso* (ou processo sócio-histórico) para a concretização da regra da lexicalização. Na realidade, são os falantes da língua que vão determinar a realização da regra, regra muito produtiva na

língua portuguesa.

É por isso que muitas lexicalizações ainda não constam de nossos dicionários: oportunizar (dar oportunidade), obstaculizar (criar obstáculos), miniaturizar (transformar em miniatura), etc.

Uma análise computadorizada de milhões de orações, como já dissemos, poderia nos oferecer mais subsídios para fazer uma análise exaustiva do problema. Fica, no entanto, como fruto deste trabalho, a sugestão de, no futuro, trabalhar com um extenso corpus computadorizado, o que por razões óbvias não pudemos fazê-lo.

Além de ser um instrumento para estabelecer a sinonímia de orações com o mesmo significado, a teoria da lexicalização é de fundamental importância no estabelecimento da ambigüidade (polissemia) como, por exemplo, nas orações que contêm o verbo assistir (o jogo) e assistir (o doente), onde, no caso de assistir (o doente), verificamos a lexicalização (= dar assistência ao doente), argumento que permite, somado a outros, estabelecer a polissemia entre assistir (o jogo), com sentido experimentativo, e assistir (o doente), com sentido benefactivo.

Esperamos que futuras pesquisas utilizem a teoria da lexicalização também no tratamento da ambigüidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1986). Gramática metódica da língua portuguesa. 34.ed. São Paulo, Saraiva.
- ANDERSON, John M. (1971). The grammar of case: towards a localistic theory Cambridge, Cambridge Studies in Linguistics, nº 4, At the University Press.
- BECHARA, Evanildo (1969). Moderna gramática portuguesa. 15.ed. São Paulo, Nacional.
- _____ (1978). Lições de português pela análise sintática. 11.ed. Rio de Janeiro, Grifo.
- BIDERMAN, M.T.C. (1978). Teoria lingüística (lingüística quantitativa e computacional). Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos S.A.
- BORBA, Francisco da Silva (1976). Pequeno vocabulário de lingüística moderna. São Paulo, Nacional.
- BORBA, Francisco da Silva (1987). Gramática de Casos - uma apresentação geral. SeriEncôntros - ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Por-

tuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 1-9.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). História da lingüística. 2.ed. Trad. Maria A.B. de Azevedo. Petrópolis, Vozes.

_____ (1977). Princípios de lingüística geral. 5.ed. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora.

_____ (1986). Dicionário de lingüística e gramática. Rio de Janeiro, Vozes.

CARVALHO, Maurício Brito de (1983). As gramáticas de casos: uma visão global. A Teoria de Charles Fillmore. 2ª parte. Minas Gerais, Universidade Federal de Viçosa.

_____ (1987). Considerações sobre a diversidade de propostas de gramática de casos. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP - Campus de Araraquara, 10-24.

CEGALLA, Domingos Paschoal (1984). Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo, Nacional.

CHAFE, W.L. (1979). Significado e estrutura lingüística. Tradução de Meaning and the Structure of Language (1970). Maria Helena de M. Neves et alii. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

CHOMSKY, N. (1980). Estruturas sintáticas. Traduzido de: Syntactic Structures (1957). Meoton Publishers. The Hague; São Paulo, Livraria Martins Fontes.

_____ (1978). Aspectos da teoria da sintaxe. 2.ed. Tradução de: Aspects of the theory of syntax (1965). The MIT press. Cambridge, Massachusetts. Coimbra, Armênio Amado Editora.

COOK, Walter A.S.J. (1971b). Improvements in case grammar.

1970. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics n^o 2. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 16-17.

_____ (1972a). A set of postulates for case grammar analysis.

Georgetown University Papers on Languages and Linguistics, n^o 4. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 36-49.

_____ (1973). Covert case roles in case grammar. In case

grammar and generative semantics. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics n^o 10. Washington D.C.: Georgetown University Press, 162-166.

_____ (1973c). Verb classification in case grammar.

University of Michigan Papers in Linguistics (UMPIL), Vol. 1, number 2. 32-34.

_____ (1974). Case grammar and generative semantics.

Georgetown University Papers on Languages and Linguistics, Number 8. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1-28.

_____ (1976). Five models of case grammar. Georgetown

University.

_____ (1978). Case grammar matrix model. In Valence,

Semantic Case and Relational Grammar. Edited by Werner Abraham. Companion Series to Studies in Language, Vol. 1. Amsterdam: John Benjamins.

- (1979). Case grammar: development of the matrix model (1970-1978). Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- CRUSE, D.A. (1973). Some thoughts on agentivity. *Journal of Linguistics*, 9. 11-23.
- CUNHA, Celso (1980). Gramática do português contemporâneo. 8.ed. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora Ltda.
- CUNHA, Celso et alii (1985). Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- D'ALL AGLIO, Marize Mattos (1987). The case for case. *SeriEncontros*. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 46-8.
- D'ALBUQUERQUE, A. Tenório (1968). Dicionário de Linguagem. 3.ed. vol. 4, Rio de Janeiro, Conquista.
- D'OLIVEIRA, H. Maia (1972). Grande dicionário da língua portuguesa. São Paulo, Livros Irradiantes S.A.
- DUBOIS, J. et alii (1986). Dicionário de linguística. Traduzido de: *Dictionnaire de linguistique* (1973) Librairie Larousse. São Paulo, Cultrix.
- FERNANDES, Francisco (1967). Dicionário de sinônimos e antônimos. 2.ed. Porto Alegre, Globo.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda (1986). Novo dicionário da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FILLMORE, Charles J. (1966). A proposal concerning english prepositions. In: *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics*, 1966. Edited by Francis P. Dinneen, S.J. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1966.

- _____ (1971). Some problems for case grammar. In: Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics, 1971. Edited by Richard J. O'Brien, S.J. Washington D.C.: Georgetown University Press, 35-56.
- _____ (1972). Subjects, speakers and roles. In: Davidson & Hermann (eds.), 1-24.
- _____ (1975). Principles of case grammar: the structure of language and meaning. Tokyo: Sanseido Publishing Company.
- _____ (1977). The case for case reopened. In: Syntax and Semantics. Vol. 8: Grammatical Relations. Edited by Peter Cole and Jerrold M. Sadok. New York; Academic Press, 59-81.
- _____ (1977). Em favor do caso. Traduzido de: The Case for Case, 1968. Alzira Soares da Rocha et alii. In: LOBATO, Lúcia M.A. A semântica na língua moderna: o léxico. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 275-359.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (1987). O modelo de Fillmore e a análise do discurso. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP, Campus de Araraquara, 60-5.
- HAWY, Amini B. (1986). Da necessidade de uma gramática padrão da língua portuguesa. 2.ed. São Paulo, Ática.
- HOUAISS, Antônio M. (1987). Dicionário prático da língua portuguesa. São Paulo, Melhoramentos.
- ILARI, Rodolfo et alii (1985). Semântica. 2.ed. Série Princípios. São Paulo, Ática.
- KEMPSON, Ruth M. (1980). Teoria semântica. Tradução de: Semantic theory (1977). Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar editores.

KURY, Adriano da Gama (1972). Gramática fundamental da língua portuguesa. São Paulo, Livros Irradiantes S.A.

_____ (1986). Novas lições de análise sintática. 2.ed. São Paulo, Ática.

LAKOFF, George (1966). Stative verbs and adjectives in english. In Mathematical linguistics and automatic translation. Edited by A.G. Dettinger. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press.

LIMA, C.H. da Rocha (1976). Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro, José Olympio.

LOBATO, Lúcia M. Pinheiro (1986). Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte, Minas Gerais, Vigília Ltda.

LONGO, Beatriz N. de Oliveira (1987). A gramática de Charles Fillmore. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 44-5.

_____ (1987). The case for case reopened: a revisão do modelo de 68. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 56-9.

LYONS, John (org.) (1976). Novos horizontes em lingüística. São Paulo, Cultrix.

_____ (1979). Introdução à lingüística teórica. Tradução de: Introduction to Theoretical Linguistics. Rosa V.M. e Silva et alii. São Paulo, Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo.

- LUFT, Celso Pedro (1976). Moderna gramática brasileira. Porto Alegre, Globo.
- MACAMBIRA, José Rebouças (1982). A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico. 5.ed. São Paulo, Pioneira.
- MESQUITA, Roberto Melo et alii (1981). Gramática pedagógica. 4.ed. São Paulo, Saraiva.
- MORAIS, O.M. de et alii (1956). Dicionário de sinônimos e antônimos. Rio de Janeiro, Livraria Tupã.
- MOURA, Heronides M. de M. (1988). A passiva e o problema da relação sintaxe-semântica. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.
- NICOLACÓPULOS, Apóstolo T. (1981). A semantic analysis of portuguese predications. An introduction to case grammar. Tese de Doutorado. Washington, D.C.: Georgetown University.
- NIVETTE, Joseph (1975). Princípios de gramática gerativa. São Paulo, Pioneira.
- OLIVEIRA, M.G. Albino (1989). Dar - o verbo mais polissêmico da língua portuguesa. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC.
- OLÍVIA, Madre (1986). Prática de português: termos da oração. 9.ed. Petrópolis, Vozes.
- PANTALEÃO, Elisa P. da Costa (1987). A gramática de casos de Fillmore - o modelo de 1971. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 49-55.
- PERINI, Mário A. (1985). A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. 2.ed. Belo Horizonte, Vigília.

- PERIN, Mário A. et alii (1987). Notas sobre a transitividade verbal. In: Linguística Aplicada ao ensino do português. Série Novas Perspectivas, nº 11. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PONTES, Eunice Souza Lima (1973). Verbos auxiliares em português. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1981). Da importância do tópico em português. Anais do V Encontro Nacional de Linguística, vol. II. Rio de Janeiro, Divisão de Intercâmbio e Edições PUC.
- ROBINS, R.H. (1964). General Linguistics: an introductory survey. London, Longmans.
- _____ (1979). Pequena história da linguística. In: Lyons, John. Introdução à linguística teórica (1979). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- SACONI, Luís Antônio (1983). Nossa gramática - teoria e prática. 5.ed. São Paulo, Atual Editora.
- SILVA, Bento et alii (1987). As construções locativas do português. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus da Araraquara, 66-89.
- SILVA, Carly (1978). Gramática transformacional: uma visão global. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- TEIXEIRA, Raquel F.A. (1987). Fillmore: a relativização dos casos em cena. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 25-43.

TUTESCU, Mariana (1975). Précis de Sémantique Française.

Paris, Klink-Sieck.

VIVIANI, Zélia Anita (1987). Polissemia do verbo ficar - in-
trodução à gramática de casos. Dissertação de Mestrado.

Florianópolis, UFSC.